

Republica Federativa do Brasil - Estado Da Paraiba

Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó

Relatório de supervisão

Relatório principal y apêndices

Mission Dates: 19 to 27 May 2014

Document Date: 1-Jun 2014

Project No. 1487-BR

Report No: 3447-BR

Latin America and Caribbean Division
Programme Management Department

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - FIDA

Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó
EMPRÉSTIMO I-798-BR

MISSÃO DE SUPERVISÃO, 19 A 27 DE MAIO DE 2014
AJUDA MEMÓRIA

A. Introdução

Entre os dias 19 e 27 de maio de 2014 foi realizada uma missão de supervisão ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó (PROCASE) que é executado pelo Governo do Estado da Paraíba. Esta é a segunda missão de supervisão ao projeto que está em vigor desde outubro de 2012, quando foi assinado o Acordo de Empréstimo entre o FIDA e o Governo da Paraíba.

O Projeto tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da economia rural e reduzir os níveis de pobreza da região semiárida da Paraíba, o qual visa melhorar de forma sustentável a renda agrícola e não agrícola, os ativos produtivos, as capacidades organizacionais e as práticas ambientais dos beneficiários do Projeto. A área de abrangência do PROCASE está formada por 56 municípios localizados nas regiões do Cariri, Seridó e Curimataú, todas elas no semiárido paraibano. O orçamento do Projeto é de USD 49,6 milhões financiados com recursos do Governo da Paraíba, um empréstimo do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e contribuições dos beneficiários.

A equipe do FIDA que participou nesta missão¹ teve a oportunidade de se reunir duas vezes com o Secretário de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP), Senhor Agamenon Vieira da Silva, e com o Secretário Executivo de Agricultura Familiar, Senhor José Gonçalves, a primeira delas ao início da supervisão e a segunda no encerramento, quando foi analisada e assinada a presente Ajuda Memória. Durante toda a missão de supervisão a equipe do FIDA trabalhou intensivamente com a equipe da Unidade de Gestora do Projeto (UGP), que dedicou toda sua energia e profissionalismo para contribuir ao sucesso desta supervisão. O FIDA teve também a oportunidade de participar de uma reunião organizada pela UGP com representantes de alto nível da EMATER, CDRM, EMEPA, SEBRAE, SUDEMA, IFPB, INCRA, BNB e BB, com o objetivo de conhecer a disponibilidade destas entidades para participar na implementação do PROCASE e os avanços na construção de parcerias com essa finalidade. Também foi realizada uma reunião com ONGs que atuam na área de abrangência do Projeto (PATAC, PROPAC, Cunha e 8 de Março) e que são potenciais parceiras do PROCASE. Junto com a Coordenadora e pessoal da UGP, a equipe do FIDA teve a oportunidade de visitar comunidades e organizações de pequenos produtores rurais beneficiários dos primeiros projetos de investimento produtivo financiados pelo PROCASE, o que permitiu obter uma visão objetiva sobre as atividades que começam a se desenvolver no campo.

O FIDA gostaria de agradecer ao Secretário da SEDAP pelo seu importante apoio e participação, e sublinhar o empenho da UGP na preparação e realização desta missão. O FIDA também agradece aos parceiros governamentais e não governamentais pela participação e contribuições, e de maneira especial aos membros das comunidades e organizações rurais visitadas pela sua abertura e generosidade durante as visitas realizadas, e seu compromisso com a implementação do Projeto.

B. Avaliação geral da implementação do Projeto

A primeira missão de supervisão do PROCASE foi realizada em outubro de 2013, quando o Projeto tinha um ano de implementação. Nessa missão foi constatado que durante esse primeiro ano o

¹ Da parte do FIDA participaram nesta missão de supervisão Ivan Cossio, Gerente de Programa do FIDA para o Brasil; Hardi Vieira, Oficial de Programas do FIDA para o Brasil; Danilo Pisani, Especialista em Gerenciamento Financeiro e Licitações; e Emmanuel Bayle, Especialista em Desenvolvimento Produtivo e Meio Ambiente.

PROCASE enfrentou severas dificuldades que limitaram sua execução, entre as quais o tamanho da equipe técnica da UGP que era extremamente reduzido para atender as necessidades de implementação do Projeto; indisponibilidade de recursos de contrapartida estadual para co-financiar os investimentos produtivos, a compra de equipamento e os salários do pessoal; falta de infraestrutura, mobiliário e equipamento para o trabalho da UGP; e limitada experiência nas instituições estaduais para lidar com acordos de financiamento que envolvem recursos e parceiros internacionais. Apesar disso, durante esse primeiro ano foram sendo construídas as bases para implementação do Projeto, incluindo a atualização do Manual de Implementação do Projeto, o estabelecimento do Comitê Diretor e do Comitê Executivo do Projeto, a definição do roteiro para a preparação dos projetos de investimento produtivo, o lançamento do primeiro edital para a seleção de projetos a serem financiados, a difusão do Projeto nos territórios e municípios de abrangência, a aproximação aos potenciais parceiros para a implementação, entre outras tarefas relevantes.

Em comparação com a situação de outubro de 2013, quando foi realizada a primeira missão de supervisão, nesta segunda missão de supervisão foi possível constatar avanços marcantes na implementação do Projeto. No que tem a ver com as condições básicas para funcionar, a equipe técnica da UGP foi fortalecida com a incorporação de pessoal qualificado que foi selecionado de forma competitiva e nos próximos meses será completada com o pessoal restante, enquanto que as limitações de infraestrutura, equipamento e mobiliário foram parcialmente resolvidas e estão em caminho para solução integral. No referido às atividades em campo, os avanços foram muito significativos e marcam o deslanche do Projeto: foram preparados e aprovados os primeiros cinco projetos produtivos e assinados os convênios correspondentes; estão em análise para aprovação aproximadamente outros 46, dos quais se espera serão aprovados entre 15 e 20 projetos de investimento no início de junho; foram estabelecidas as Unidades Regionais de Gestão do Projeto (URGP) que são responsáveis pelo dia a dia no trabalho em campo. Em termos institucionais, estão se construindo várias parcerias importantes para a implementação do PROCASE, e o Projeto começou a ser conhecido e respeitado em importantes espaços institucionais e da sociedade, tanto nos territórios de atuação como em nível da capital estadual. Finalmente, no que tem a ver com o co-financiamento estadual, no final de 2013 foi realizado o primeiro desembolso que permitiu cobrir a contrapartida de uma série de despesas e foi incluído no orçamento estadual 2014 um montante significativo que porém poderá resultar insuficiente se as atividades do Projeto seguem avançando ao ritmo que alcançaram nos passados meses.

Além do anterior, é importante mencionar que o Projeto começa a se constituir numa proposta de desenvolvimento rural sustentável e inclusivo, que é nova no contexto das ações de apoio ao desenvolvimento rural implementadas tradicionalmente na Paraíba, com potencial para gerar mudanças estruturais na sua área de abrangência geográfica e na maneira de implementar políticas públicas.

O mencionado acima está baseado nas constatações realizadas durante a missão de supervisão e, a partir disso, o FIDA vê com entusiasmo que o Projeto avança com clareza em termos estratégicos e operacionais e que vai pelo rumo certo, embora enfrente ainda vários desafios que estão sendo abordados e deverão ser resolvidos, para o qual a UGP precisa do forte apoio da SEDAP e de outras instâncias do Governo Estadual. Os principais fatores para estes avanços foram uma equipe técnica da UGP qualificada e altamente motivada, e um crescente apoio institucional que inclui o esforço pessoal do Governador do Estado, Senhor Ricardo Coutinho, e do Secretário da SEDAP.

C. Produtos e resultados diretos

Até o momento da missão de supervisão existem avanços para o logro de resultados importantes que, porém, devido ao período ainda curto de implementação do Projeto, são resultados em processo de construção. Entre as áreas nas quais podem se verificar os principais avanços deve se mencionar a construção na prática de uma proposta de desenvolvimento rural inclusivo e sustentável, inovadora e alinhada às políticas públicas para a agricultura familiar; a preparação de de um número significativo de projetos de investimento produtivo a serem executados diretamente pelas organizações e comunidades beneficiárias, dos quais cinco já foram aprovados e os convênios correspondentes assinados; o estabelecimento de uma estrutura operacional (UGP) em nível central e local (URGP) responsável para a implementação do Projeto; e o processo de construção de uma

rede de parcerias com instituições governamentais, ONGs e organizações da sociedade, com alto potencial para contribuir à execução e ao sucesso do Projeto.

D. Progresso na implementação do Projeto

D.1. Unidade Estadual de Gestão do Projeto (UGP), Unidades Regionais de Gestão do Projeto (URGP), equipe, espaço físico, infraestrutura e equipamento.

Unidade de Gestão do Projeto (UGP). A UGP está localizada em João Pessoa e funciona em imóvel alugado adjacente à Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca (SEDAP). Atualmente o imóvel comporta a equipe do PROCASE está bem localizado e é funcional e isso colabora positivamente para a operação do Projeto. Foi observado que uma das salas do imóvel ainda é provisoriamente ocupada por uma divisão da SEDAP (GEOR) o que significa que, caso a sala seja transferida ao PROCASE, haveria espaço para acomodar o crescimento previsto da equipe da UGP.

Unidades Regionais de Gestão do Projeto (URGPS): Cinco URGPS foram definidas e funcionam em cada um dos territórios de abrangência do Projeto, sendo que quatro funcionam nos escritórios locais da EMATER e uma na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). O quadro de cada uma das URGPs é atualmente composto por 2 membros sendo 1 coordenador e 1 mobilizador social. As quatro URGPs operando nas dependências dos escritórios locais da EMATER são: 1) no território do Cariri Oriental, em Campina Grande; 2) no território do Seridó, em Juazeirinho; 3) no território do Médio Sertão, em Santa Luzia; 4) no território de Curimataú, em Barra de Santa Rosa. Finalmente, o escritório em Sumé, no território do Cariri Ocidental, funciona em sala da UFCG, que o projeto durante as visitas de campo teve oportunidade de visitar e constatou que apesar de ainda faltar a instalação de equipamento, esta com localização central e de fácil acesso.

Equipe: A equipe do PROCASE é atualmente composta por 20 integrantes da seguinte forma: 5 por meio de nomeação por parte do Governo do Estado (1 coordenadora e 4 gerentes) e 15 por meio do acordo IICA-PROCASE (7 de apoio técnico da UGP e 8 técnicos nas URGPs). Isso representa um incremento significativo de pessoal frente à equipe anterior da UGP na missão de supervisão anterior em outubro de 2013 quando a equipe era composta por 5 membros. Esse aumento no pessoal do PROCASE foi fundamental para permitir a aceleração na operação das atividades do PROCASE. A contratação da equipe do PROCASE foi possível devido ao Convênio de Cooperação Técnica entre a SEDAP/PROCASE e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) que foi fundamental para permitir a seleção e contratação da equipe do Projeto de forma rápida. A missão do FIDA acredita que os técnicos contratados tem qualificação e mostram bastante entusiasmo e conhecimento técnico e a equipe do PROCASE tem se tornado um importante ativo para o êxito do Projeto.

A missão do FIDA, porém, observou que ainda existem lacunas importantes na equipe do PROCASE que devem ser preenchidas com a contratação de pessoal adicional para a UGP e URGPS via IICA e nomeação por parte do Governo do Estado. A missão do FIDA acredita que é crucial, devido ao volume de trabalho e avanço com relação aos investimentos produtivos investimentos produtivos, a nomeação por parte do Governo do Estado do Gerente do Componente 1 de Desenvolvimento Humano, cargo atualmente acumulado pelo Gerente do Componente 2 de Desenvolvimento Produtivo e Inserção de Mercado que vem desempenhando a gerência de ambos componentes. Com a nomeação do Gerente de Componente 1, recomenda-se que o atual Gerente do Componente 2 continue nessa função, pois a gerência necessita de atenção especial e experiência além do atual Gerente ter perfil adequado para esse componente específico.

No âmbito do acordo com o IICA, é primaz a seleção e contratação de um assessor para a área de Monitoramento e Avaliação (M&A) pois como descrito na seção abaixo o tema de M&A terá atenção especial do FIDA nos próximos meses para definição de indicadores e preparação da linha de base do Projeto. Também é imprescindível a contratação de pelo menos 3 técnicos em gestão e execução de convênios de investimento produtivos executados pelas organizações beneficiárias, sendo que 1 deve ser contratado de forma imediata para acompanhamento dos convênios de implementação dos primeiros investimentos produtivos aprovados. À medida que mais convênios forem aprovados e assinados e o volume de assistência requerida na área for aumentando, outros técnicos devem

fortalecer essa área que é vital para garantir a boa execução dos projetos de investimento. Esses técnicos irão, entre outras tarefas, efetuar a capacitação das comunidades e associações para que tenham condições de fazer a gestão dos recursos oriundos dos convênios assegurando a adequada prestação de contas. Na Gerência Administrativa e Financeira, é necessária a contratação de forma temporária de consultor na área de licitação para apoiar a equipe e os vários processos de licitação que serão desencadeados nas próximas semanas. Finalmente, também é necessária a contratação de 2 técnicos para as URGPS, sendo um coordenador para Juazeirinho e um mobilizador social para Barra de Santa Rosa. Ambos esses postos já haviam sido preenchidos pelo anterior processo de seleção efetuado por meio do IICA, porém, houve desistência dos candidatos selecionados por esses postos que permanecem vagos.

Espaço físico, infraestrutura e equipamento: a missão do FIDA observou que a UGP e URGPs possuem espaço físico adequado e estão bem localizadas. Ao mesmo tempo, a questão dos equipamentos e infraestrutura ainda precisa ser atendida urgentemente. O Projeto deverá iniciar o processo de compra de material e equipamento para prover de infraestrutura para o adequado funcionamento da UGP e URGPs (equipamento de informática, veículos, etc) em linha com o Plano de Aquisições e Contratações (PAC). No que tange as URGPs, o espaço físico que pertence a EMATER (Barra de Santa Rosa, Campina Grande, Juazeirinho e Santa Luzia) e a UFCG (Sumé) precisa ser reformado e/ou adequado o mais brevemente possível, pois a equipe já está campo e contratada e precisa de condições adequadas de trabalho. Isso poderá ocorrer por meio de convênio com a EMATER.

D.2. Acesso à investimentos

Editais: Para identificar as propostas de projetos, foram publicados dois editais. O primeiro encerrado em dezembro de 2013 e o segundo se encerrou em 21 de Maio 2014.

A escolha dessa metodologia foi a mais oportuna para iniciar as atividades do PROCASE, de forma ágil e transparente. A missão realizou 6 reuniões em campo com associações e cooperativas beneficiárias, e teve a oportunidade de confirmar a pertinência da seleção das comunidades e do conteúdo dos projetos aprovados e/ou em fase de seleção.

A elaboração dos projetos revelou algumas dificuldades, tanto para a construção inicial, geralmente realizada por técnicos da EMATER e de outras entidades (ONGs), como para a finalização das propostas, para a qual a equipe da UGP se envolveu intensivamente para solicitar vários ajustes. No intuito de melhorar a elaboração dos futuros projetos, o FIDA está providenciando um apoio para ajustar o roteiro para elaboração de projetos.

Identificação de novas comunidades: o método utilizado para selecionar os primeiros projetos foi satisfatório nesta fase de arranque, mas será insuficiente para identificar novas comunidades beneficiárias. Um dos principais fatores limitantes é a dificuldade para as comunidades, principalmente as mais carentes e excluídas, de acessar ao edital. Para isso a proposta é de realizar um levantamento das comunidades em cada município, para identificar as prioritárias. Trata-se de realizar este levantamento num prazo não muito distante (se for necessário pode ser contratado um consultor externo para isso) valorizando os dados secundários disponíveis principalmente pelo IBGE. Em caso de indisponibilidade de dados, será necessário fazer um levantamento com os principais atores envolvidos nos municípios. Os resultados deste inventário seriam apresentados nos Conselhos Territoriais, no Comitê Diretor do Projeto (CDP) e ao FIDA. Uma vez identificadas essas comunidades a equipe técnica do Projeto poderá realizar um diagnóstico e em seguida elaborar um projeto, com as comunidades que serão selecionadas. Dessa forma, se mantém o princípio dos editais para a seleção de projetos, sendo que a apresentação das propostas poderá se fazer por meio de duas vias: de forma espontânea ou depois de ter sido identificadas e apoiadas pelas equipes de assessoria técnica. Dessa forma espera-se poder tornar mais acessível o Projeto, principalmente para as comunidades prioritárias.

As organizações produtivas, podem também elaborar projetos na perspectiva de receber o apoio do PROCASE. Trata-se de entidades que reúnem várias comunidades (unidades de beneficiamento, por exemplo, entreposto de mel, etc.). Para os próximos editais, o Projeto pode divulgar a informação no intuito de receber propostas desse tipo. O trabalho com esses atores é complementar ao apoio

realizado no âmbito comunitário e pode também ser um caminho para chegar às novas comunidades.

Convênios entre as associações e o PROCASE: a missão sugere que para cada projeto sejam feitos convênios consecutivos (2 ou 3 no máximo), cada um correspondente a uma fase de execução e portanto a um valor determinado. Dessa forma espera-se evitar eventuais problemas e estimular o ritmo de implementação.

À luz dos primeiros editais, recomenda-se que sejam revisados e ajustados quando for necessário, os critérios de seleção e priorização das comunidades e dos projetos. Será importante garantir que esses critérios permitam apoiar inovações, ações para grupos de mulheres e de jovens, comunidades quilombolas e indígenas. Esses ajustes deverão ser colocados no Manual de Implementação. A missão recomenda que seja elaborado um pequeno documento que apresente de forma mais detalhada o roteiro e o passo a passo dessa metodologia incluindo o tema da assessoria técnica, afim de ser anexado ao Manual.

Arranjos produtivos prioritários: As visitas de campo e os resultados dos editais demonstram que algumas arranjos produtivos se destacam. Trata-se da renascença, da criação de caprinos e do beneficiamento de frutas. Frente à pertinência dessas atividades, a missão recomenda que elas sejam priorizadas nos próximos editais, o que não significa que apenas essas arranjos sejam apoiadas. Essa priorização, além de evitar a dispersão numa fase ainda inicial, daria também maiores chances de alcançar mudanças de escalas, que podem ser desejáveis. Estudos de mercado dessas 3 arranjos poderiam ser conduzidos em breve e de forma muito pragmática, orientadas para identificar os gargalos, os potenciais e as possíveis ações. Para cada uma dessas arranjos, a situação é a seguinte:

A renascença: é uma atividade muito tradicional das mulheres do Cariri em particular. Nela se perpetua uma tradição cultural regional. As rendeiras têm um saber-fazer único e produzem de forma muito precária, peças de altíssima qualidade. A grande dificuldade, que coloca em risco a permanência dessa atividade é a comercialização. O mercado é distante e a quase totalidade da produção é vendida para atravessadores, com preços baixos (o preço de revenda para consumidor final pode ser até dez vezes superior). Um trabalho sobre o acesso ao mercado é necessário para aumentar a valorização deste produto. Existe um mercado e há um potencial de diversificação. A organização das rendeiras é algo imprescindível e o nível comunitário deve certamente ser ultrapassado (pertinência da criação de uma organização de segundo nível), numa perspectiva de introduzir uma mudança viável.

A criação de caprinos: essa atividade é a coluna vertebral da economia familiar da maioria dos pequenos agricultores. Geralmente conduzida de forma muito extensiva, associada à criação de ovinos, ela apresenta um grande potencial de melhoria. Em primeiro lugar, a região encontra-se numa fase pós-seca, de reconstituição do rebanho, e o apoio aos pequenos produtores neste sentido é de particular relevância. A questão da alimentação deve ser abordada numa perspectiva de desenvolver produção e armazenamento de forragens. De forma indissociável da questão alimentar, a melhoria da sanidade de base dos animais é algo imprescindível (poderia passar por exemplo pela formação de uma rede de agentes de saúde animal comunitários). Enfim uma gestão da reprodução e a melhoria do potencial genético permitiria valorizar os passos anteriores. O aumento de produtividade decorrente, será a base para conquistar novas formas de agregar valor à atividade e melhorar as condições de acesso ao mercado (leite e carne) que apresenta uma boa e diversificada capacidade de absorção (tanto no mercado institucional como no privado).

O beneficiamento de frutas: na área de intervenção do PROCASE encontra-se uma grande diversidade de espécies frutíferas, espontâneas e cultivadas. Por falta de capacidade de beneficiamento e sobretudo de armazenamento, uma boa parte da produção, que ocorre de forma muito concentrada, não é valorizada. Existe por outro lado um mercado diversificado (PNAE municipal e estadual, feiras, comércio local, etc.) para o qual as condições de acesso estão cada vez mais complexas, em particular por causa do tipo de infraestrutura e equipamento exigido pela legislação sanitária. Há portanto um potencial de fortalecer e melhorar esse arranjo, na qual atuam principalmente as mulheres, com agregação de valor e uma diversificação das fontes de renda (e de alimentação das famílias).

O tema ambiental, se desdobra em 3 vertentes: o licenciamento ambiental, as ações de recuperação de áreas degradadas e a gestão sustentável dos recursos naturais nos sistemas de produção. Sobre a questão do licenciamento, a boa parceria com a SUDEMA permitiu a obtenção de um licenciamento simplificado para os projetos financiados. Este acordo vai propiciar maior agilidade na implementação. A recuperação de áreas degradadas é o tema de um dos projetos apresentados, em parceria com o IFPB. Considerando o contexto da região de atuação e o avanço das áreas suscetíveis a desertificação, ações de recuperação poderão ter um caráter demonstrativo. Enfim no que diz respeito ao terceiro eixo, foi lembrado durante a missão a importância de poder desenvolver e fortalecer práticas ambientalmente sustentáveis na gestão dos recursos naturais que compõem a base produtiva dos sistemas agrícolas. Os projetos apresentados contemplam esses aspectos, mas poderiam ser fortalecidos com a difusão de práticas de trabalho e conservação do solo mais adaptadas ou de manejo da caatinga orientado para diversos fins. Trata-se de promover práticas de intensificação sustentável no uso dos recursos naturais, numa perspectiva de melhorar a viabilidade econômica das unidades familiares. Existem na região semiárida, inclusive na Paraíba, inúmeras referências que devem ser valorizadas neste sentido. Isso significa também que o componente de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e de Combate a Desertificação e o componente Desenvolvimento Produtivo e Inserção no Mercado, devem estar em diálogo permanente com a atuação sintonizada. Eles devem avançar juntos.

D3. Assessoria técnica

A assessoria técnica (AT) é um ponto de destaque do Projeto, que tem o objetivo de fornecer um serviço contínuo, frequente e que se prolonga depois da realização dos investimentos físicos. A AT foi definida não somente para fornecer capacitações mas também para realizar um acompanhamento regular junto aos beneficiários. Em termos de conteúdo, ela deve considerar questões vinculadas à organização, produção sustentável, beneficiamento e acesso ao mercado.

Na maioria das comunidades visitadas, a AT geralmente fornecida, foi mencionada como uma fragilidade importante, tanto pela sua insuficiente presença, como pelo seu conteúdo limitado. Existe portanto uma demanda clara e uma deficiência evidente. Por outro lado, a implementação dos cinco primeiros convênios entre o Projeto e as associações selecionadas, e daqueles que virão em seguida, só poderá acontecer quando o dispositivo de AT estiver operacional.

Neste contexto, a definição, a composição do dispositivo de AT é uma urgência e o desafio do momento para o Projeto. Conforme tinha sido mencionado em missões anteriores, foram identificadas três possibilidades para fornecer a AT: a EMATER, as ONGs e pessoas diretamente contratadas pelo PROCASE. Por diversos motivos, nenhuma dessas possibilidades tem a capacidade de assumir a totalidade do dispositivo de AT do Projeto. Portanto, a proposta é de construir o dispositivo de AT misto, com essas três opções.

Com a EMATER, parceiro importante do PROCASE, existe um bom diálogo e um conhecimento mútuo. Alguns projetos apresentados foram elaborados com participação de técnicos da EMATER, que mostraram disponibilidade e interesse para colaborar com o Projeto. Um acordo poderia ser elaborado, definindo entre outros uma agenda de assessoria que seja compatível com as diversas tarefas institucionais dos técnicos da EMATER.

A Paraíba conta com a presença de várias ONG's e cooperativas de serviço, com capacidade de atuação instalada, que acumularam uma ampla experiência e um bom conhecimento da área e dos temas. Elas atuam geralmente em áreas de intervenção determinadas. A missão encontrou algumas dessas entidades (PATAC, Cunha, Centro 8 de Março, Coletivo Regional) que têm um bom conhecimento do Projeto, apoiaram algumas comunidades na elaboração dos primeiros projetos e mostraram interesse e sintonia com os objetivos e a metodologia do PROCASE. Com essas entidades, todas as condições parecem reunidas para concretizar rapidamente uma parceria.

Finalmente, para assumir a AT nos municípios sem possibilidade de parceria com a EMATER ou organizações da sociedade civil, será constituída uma equipe de técnicos diretamente contratados pelo Projeto. .

Este tripé, por um lado apresenta uma diversidade interessante e inovadora, que considera a realidade do contexto de intervenção e procura valorizar as competências existentes. Por outro lado, será importante ficar atento para manter uma homogeneidade, na AT recebida pelos beneficiários, independentemente de quem a forneça. Para isso, será necessário definir ferramentas específicas e comuns para todos os fornecedores de AT (capacitações, metodologia, monitoramento da prestação de AT). Esses instrumentos poderão ser anexados ao Manual.

Assessoria técnica especializada: A seleção dos primeiros projetos revela a necessidade de um apoio mais específico sobre alguns temas. É o caso por exemplo nos projetos que trabalham com a renascença, com os quais seria relevante um aporte específico, sobretudo no que diz respeito a questão do acesso ao mercado. Seria justificada a contratação de uma assessoria técnica especializada (pessoa jurídica ou física), para assessorar integralmente o arranjo produtivo e todos os projetos sobre o mesmo tema. As entidades parceiras (SEBRAE por exemplo) terão um papel importante no fornecimento deste tipo de assessoria.

Assessoria às associações para a gestão dos convênios: A implementação dos convênios será efetuada por meio do repasse do recurso, de forma parcelada, diretamente às associações, de acordo com o plano de trabalho. A escolha dessa opção é algo inovador que deve contribuir para fortalecer a responsabilização, a gestão e a apropriação dos investimentos pelos beneficiários. Se por um lado esse processo é virtuoso, ele necessita de um dispositivo específico para garantir uma gestão transparente e rigorosa deste recurso público. O Projeto está selecionando 3 profissionais (sendo um para entrar em função imediatamente para apoiar as cinco primeiras associações conveniadas) que vão realizar uma assessoria contínua sobre a questão da gestão dos convênios. Eles terão a responsabilidade de capacitar os beneficiários sobre este tema, a realização de licitações e a elaboração de prestação de contas. Uma vez essas capacitações realizadas, os assessores farão um acompanhamento contínuo e em campo nas associações. É imprescindível que essa assessoria esteja operacional e tenha realizadas as capacitações necessárias antes que sejam feitos os primeiros repasses de recurso.

No intuito de fortalecer as associações e de facilitar a elaboração das prestações de contas, entre outros, poderia se considerar a aquisição de um kit de informática (computador, impressora, etc.) e dos cursos referentes ao seu uso básico.

Prioridades à curto prazo: A missão recomenda que sejam definidos os mecanismos mais ágeis possíveis para contratar todas as formas de AT acima mencionadas, no intuito de assinar os primeiros convênios assim que possível.

Capacitação da equipe de AT: recomenda-se que seja definido um programa de capacitação destinado para a equipe de AT. É imprescindível realizar uma capacitação inicial sobre a metodologia e as ferramentas utilizadas pelo PROCASE. Para garantir uniformidade na ação de campo, essas capacitações deverão reunir as pessoas da EMATER, das ONG e dos técnicos contratados pelo Projeto. Essas capacitações poderão ser realizadas pela UGP e/ou por entidades terceirizadas.

D5. Parcerias institucionais

A missão do FIDA detectou que houve uma evolução bastante positiva com relação a construção de parcerias entre o PROCASE e uma rede de parceiros que será bastante importante para facilitar a implementação do projeto e galvanizar impactos e resultados. Uma demonstração clara disso foi a reunião com parceiros organizada pelo PROCASE durante a missão de supervisão realizada no dia 20 de maio no auditório da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP) e que contou com forte presença de parceiros: EMATER, EMEPA, CDRM, IFPB, INCRA, SEBRAE, BNB e BB. Além disso, a parceria com entidades da sociedade civil também evoluiu e a missão pode efetuar contatos com algumas delas durante a missão de campo e em reunião na UGP no dia 26 de maio da qual participaram: PATAC, PROPAC, Cunha, 8 de Março, Coletivo Regional. A missão destaca a importância do ambiente positivo envolvendo o PROCASE e os parceiros. O PROCASE iniciou processos de parceria com as seguintes instituições:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB): a parceria já está avançada e será principalmente na área de recuperação de biomas degradados (tema de um dos

investimentos produtivos aprovados), pesquisas e no oferecimento de cursos técnicos e capacitações temáticas como por exemplo agroecologia e mineração, além de capacitações de técnicos por meio de cursos específicos e treinamentos.

Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária do Estado da Paraíba (EMEPA): a parceria será centrada nas áreas de fomento animal, produção vegetal e transferência de tecnologia. A EMEPA é reconhecida como centro de referência nacional em pesquisa e desenvolvimento na caprinocultura e é responsável por atividades de transferência seletiva de tecnologia para agricultores e técnicos a serem envolvidos pelo projeto visando garantir uma oferta de caprinos leiteiros e de corte. Também é referência na área de produção vegetal na área de cajucultura, palma resistente, entre outros.

Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais da Paraíba (CDRM): será entidade parceira na capacitação voltada à pequena mineração. A parceria está em estado avançado e 2 dos primeiros 5 investimentos produtivos aprovados incluem essa atividade com o apoio da CDRM.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Paraíba (EMATER-PB): a EMATER será agência parceira chave para execução das atividades de assistência técnica tanto para elaboração de investimentos produtivos como na implementação e acompanhamento das atividades dos projetos de investimento. Devido a sua ampla estrutura local e capilaridade na área de abrangência do projeto, a EMATER também proverá espaço para funcionamento de 4 escritórios das URGPS.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): a Superintendência Regional do INCRA na Paraíba será parceira nas ações do PROCASE voltadas aos assentamentos da reforma agrária além de apoiar as atividades voltadas ao acesso às linhas de financiamento do PRONAF A.

Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA): é um órgão ligado à Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia (SERHMACT) e será parceira fundamental no licenciamento ambiental, sendo que o órgão outorgou as dispensas necessárias aos pequenos arranjos produtivos dos investimentos produtivos aprovados. Além disso, a parceria envolverá o acompanhamento na execução dos projetos e assistência técnica voltada ao tema ambiental.

Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (SEBRAE): O SEBRAE tem sido um parceiro importante no desenvolvimento dos arranjos produtivos priorizados pelo PROCASE, em particular na renda renascença, na ovinocaprinocultura de carne e leite e na pequena mineração. O SEBRAE atuará na promoção da organização social, principalmente em temas de negócios e gestão, para a produção e na capacitação e apoio à gestão, na promoção da inovação tecnológica e na ampliação do mercado. O SEBRAE também poderá ser um parceiro nos estudos dos arranjos produtivos, conforme mencionado acima.

Banco do Nordeste do Brasil (BNB): BNB atua estrategicamente na gestão e operacionalização do Programa Agroamigo e na operacionalização regional do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e na captação e aplicação em projetos da região de outras fontes de recursos e neste sentido será um parceiro importante nos esforços do PRONAF voltados às ações complementares de crédito. Além disso, os Agentes de Desenvolvimento do BNB atuando nos territórios do projeto poderão desempenhar um papel de catalizadores ao apoiar o acesso dos beneficiários ao crédito operacionalizado pelo BNB.

Banco do Brasil (BB): O Banco do Brasil possui ampla capilaridade de agência bancárias na área de abrangência do projeto e as contas dos convênios com organizações beneficiárias serão operadas pelo BB e portanto será um agente financeiro chave do projeto. O BB também dispõe de linhas de crédito para financiamento rural e possível parceria pode ser explorada com a Fundação BB.

Instituto Nacional do Semiárido (INSA): é vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e tem sua sede em Campina Grande e poderá ser um parceiro nos esforços de inovação voltados para a convivência com o semiárido.

Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA): o Convênio de Cooperação Técnica entre o PROCASE e IICA, que inclusive foi uma solução com recomendação do FIDA, e obteve autorização da CGE, foi um instrumento fundamental para rápida seleção e contratação da equipe técnica para o PROCASE e permitiu o Projeto deslanchar suas atividades fazendo-o ganhar volume e corpo. Conforme mencionado na seção anterior, a missão do FIDA acredita que os técnicos contratados pelo PROCASE tem qualificação e mostram bastante entusiasmo e conhecimento e a equipe do PROCASE tem se tornado um importante ativo para o êxito do projeto. A equipe do PROCASE, porém, relatou alguns problemas desde a contratação da equipe pelo acordo com o IICA referentes principalmente a atrasos no setor Financeiro e Recursos Humanos do IICA para pagamentos e contratação dos consultores, falta de orientações claras sobre os procedimentos e problemas com processo de licitação que aparentemente é efetuado em Brasília e demonstra valores maiores que os praticados na Paraíba (exemplo foi dado sobre processo de contratação de van para transporte). Os atrasos nos pagamentos de consultores é algo que merece atenção especial, pois tem impacto direto na equipe do PROCASE e merece uma solução rápida. O PROCASE contratou com seus recursos um consultor para apoiar seus processos no escritório do IICA em Brasília. A equipe do FIDA sugere que o PROCASE e IICA acordem uma tabela com tarefas estipulando prazos para cada um dos fluxos de trabalho. Isso será importante para trazer maior tranquilidade e previsibilidade na execução do acordo SEDAP/PROCASE-IICA.

Sociedade civil: o projeto terá parcerias com várias organizações da sociedade civil em várias áreas incluindo na operacionalização dos investimentos produtivos para execução de atividades específicas, capacitação e assistência técnica. Neste sentido, parcerias já estão em andamento com ONGs como Cunha Coletivo Feminista, Centro da Mulher 8 de Março, Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC), Programa de Promoção e Ação Comunitária (PROPAC) e Coletivo Regional.

Projetos FIDA no Brasil: como parte da carteira de projetos FIDA no nordeste do Brasil, o PROCASE irá desenvolver parcerias com os demais projetos FIDA nos estados da Bahia, Ceará, Piauí e Sergipe. Neste sentido, a equipe do PROCASE já participou de um intercâmbio com o Projeto Gente de Valor (PGV) na Bahia visando a troca de experiências e boas práticas. Além disso, o Projeto Dom Helder Câmara, que iniciará sua segunda fase, e que tem atividades na Paraíba, também será um parceiro do PROCASE, pois já executou ações em diversas comunidades no Cariri Ocidental (maiores detalhes sobre a parceria com o PDHC na seção abaixo). O Programa de Gestão do Conhecimento (Semear) também poderá ser um parceiro importante do PROCASE de modo a permitir a troca de experiências entre os projetos apoiados pelo FIDA no Brasil.

D.6. Complementariedade com o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC)

O território do Cariri Ocidental é desde 2003, uma das áreas de atuação do PDHC. Contudo, nesses dois últimos anos a intensidade de intervenção diminuiu devido à conclusão do projeto e à preparação de uma segunda fase, que está em finalização de tramitação para sua assinatura. Ao longo desses anos, várias comunidades receberam o apoio do PDHC (capacitações, assessoria técnica, investimentos), das quais algumas apresentaram proposta no primeiro e segundo edital do PROCASE. Vale a pena salientar que nessas comunidades, foram construídas capacidades, sobretudo em termos de organização dos beneficiários, que mostram um potencial para dar continuidade ao trabalho anteriormente realizado.

O FIDA realça a necessidade de impedir qualquer superposição ou concorrência e sim procurar a melhor complementaridade e sinergia possível desses dois projetos, ambos apoiados pelo FIDA e com semelhante finalidade. Neste sentido, a missão recomenda que seja organizada o mais brevemente possível, uma reunião com a equipe do PDHC, tendo como objetivo a troca de informações e a definição de uma estratégia, a curto e médio prazo (ou seja, considerando a implementação da segunda fase do PDHC).

D.7. Ferramentas para a gestão do Projeto e Manual de Implementação do Projeto

O Manual de Implementação do Projeto foi revisado e recebeu a não objeção do FIDA em agosto de 2013 e se tornou a principal ferramenta de gestão do Projeto. Com a efetiva implementação do Projeto, a missão do FIDA discutiu alguns aspectos relacionados ao Manual levando em conta a

experiência prática do PROCASE nos últimos meses e foi acordado que alguns itens contidos no Manual precisariam ser ajustados ou revisados. Os principais itens que merecem atenção estão listados abaixo:

- a. Arranjos institucionais: o Comitê Executivo de Gestão dos Investimentos Produtivos (CEGIP) cumprirá cumulativamente a função do Comitê Executivo do Fundo de Investimentos Produtivos;
- b. Acesso a investimentos: os critérios de seleção e priorização das comunidades e dos projetos devem ser ajustados e revisados, permitindo que esses critérios apoiem inovações, ações para grupos de mulheres e de jovens e que permitam a inclusão de forma explícita de organizações produtivas. Um pequeno documento que apresenta de forma mais detalhada, porém sucinta, o roteiro e as etapas incluindo o tema da assessoria técnica, deve ser incluído como anexo do Manual. Incluir o processo de aprovação de investimentos produtivos que será baseado em duas janelas: editais e seleção de comunidades e organizações;
- c. Necessidade de incluir conceito de continuidade dos trabalhos nas comunidades que deverá ter acompanhamento contínuo e não deve ser restrito ao período do investimento;
- d. Revisão no limite estabelecido para financiar investimentos de modo a permitir investimentos com valores maiores para certos tipos de projetos orientados a atender grupos de comunidades;
- e. Definir ferramentas específicas e comuns para todos fornecedores de AT (capacitações, metodologia, monitoramento da prestação de AT) e incluir isso como anexo; e
- f. Revisão do Manual de Gerenciamento Financeiro e anexos.

D.8. Monitoramento e Avaliação

O tema de Monitoramento e Avaliação (M&A) foi discutido com a equipe da UGP. A missão informou que contratou um especialista nessa área, Marcelo Magalhães, que terá como principal função apoiar aos projetos FIDA, incluindo o PROCASE, e que está prevista uma missão de apoio no curto prazo. Também está planejada uma oficina de M&A com a participação de todos projetos co-financiados pelo FIDA. Foi observado que o especialista tem conhecimento prévio do PROCASE porque participou da oficina de lançamento do projeto em dezembro de 2012 em João Pessoa. O especialista irá primordialmente apoiar o projeto na revisão do Marco Lógico, revisão e definição de indicadores, elaboração do questionário da enquête a ser aplicada visando à avaliação de impacto do projeto e levando a construção de um sistema informatizado comum aos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil. Esse trabalho permitirá que os indicadores de M&A dos diversos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil sejam harmonizados e agregáveis. Também se espera o desenvolvimento de um sistema Brasil de M&A que permita a comparação de indicadores entre os projetos. Do mesmo modo, a missão recomenda que antes da visita do especialista a coordenação de M&A revise o Marco Lógico e indicadores do projeto. Do mesmo modo, foi informado que o Projeto Dom Helder Câmara teve êxito no seu sistema de M&A e seria importante trocar experiência nessa área. Por exemplo, uma ferramenta bem sucedida de monitoramento é com relação a utilização de fotos e pequenos vídeos para testemunhar os avanços e capturar as mudanças ao longo do tempo.

E. Aspectos financeiros

E.1. Gestão financeira. Os arranjos de gestão financeira do PROCASE estão adequados e demonstram uma boa estrutura de gestão financeira apoiada por uma equipe administrativa dedicada, procedimentos e práticas que garantem o controle interno e o desempenho satisfatórios das funções administrativas, financeiras e contábeis. O sistema financeiro estadual garante os controles internos eficientes em nível da SEDAP, assim como em nível das autoridades encarregadas da auditoria interna com apoio da assessoria jurídica e de aquisições. A missão do FIDA efetuou a avaliação da gestão financeira do Projeto e o nível de risco geral foi considerado baixo, no entanto sendo necessária a atenção para alguns aspectos apontados nesta memória.

1. **Equipe:** A equipe administrativo-financeira da UGP está composta por apenas dois profissionais, o Gerente Administrativo-financeiro e um profissional de Administração, que cumprem as responsabilidades de orçamento, contabilidade, desembolsos, tesouraria e apoio às aquisições. Estes tramitam os processos de despesa para os profissionais do setor financeiro da SEDAP que operam o sistema financeiro estadual. A fim de obter uma satisfatória gestão financeira a missão recomenda a contratação de técnicos para realizar a gestão de convênios que poderá também colaborar em atender os profissionais dos escritórios locais e executores de projetos sobre o tema.
2. **Orçamento/POA 2014:** O orçamento disponibilizado na Lei Estadual atende as necessidades ajustadas do POA 2014. As ações do POA vem avançando gradualmente, porém a falta da contrapartida estadual poderá colocar em risco o cumprimento das atividades previstas.
3. **Sistema de Gerenciamento Financeiro.** O Projeto utiliza o SIAF para a realização das transações de registros financeiros e contábeis de forma agregada e adequada. Este sistema não permite gerar os relatórios financeiros satisfatórios ao FIDA. A UGP informou que já iniciou o processo de aquisição do software contábil adequado ao Projeto. Atualmente, a contabilidade do Projeto esta sendo feita em Excel, com informações oriundas do SIAF e fornecem informações por categoria, componente e fonte de despesa.
4. **Contabilidade e Relatórios Financeiros.** A missão verificou que a equipe financeira apresentou dificuldades para realização tempestiva da contabilidade, relatórios e demonstrativos financeiros. No entanto, o empenho e dedicação da equipe permitiu um significativo avanço para que os controles desejáveis sejam alcançados e mantidos. A promoção do fortalecimento das capacidades à equipe financeira, nos temas relacionados à contabilidade de projetos internacionais irá contribuir muito para o alcance de uma desejável estrutura.
5. **Arranjos e fluxos de fundos:** A missão recomenda a busca de maior interação entre a Gerência de Planejamento, Orçamento e Finanças (GPOF) da SEDAP e a Gerência Financeira da UGP a fim de estabelecer os procedimentos internos, rotinas e fluxos dos processos administrativos para a execução do Projeto.

E.2. Desembolsos. O FIDA desembolsou a título de adiantamento **USD 3 milhões** (+/- R\$ 6,2 milhões, equivalentes a **12%** do valor do financiamento do FIDA. Os gastos na execução do projeto até 30/04/2014 são de **R\$ 1.391.366,99** (cerca de **USD 703,243.00**) **2%** do valor total do Projeto, sendo recursos **FIDA: USD 415,530,45**, recursos **Contrapartida: USD 287,712.91**. Até o momento quase a totalidade dos recursos utilizados foram executados no Componente 5 – Gerenciamento do Projeto.

E.3. Fundos de contrapartida. Até o presente momento a contrapartida desembolsada à conta operativa do Projeto foi **R\$ 360 mil** (apenas **3%** do total pactuado), insuficiente para atender as necessidades requeridas na execução do Projeto. Os recursos de contrapartida necessários prontamente são de **R\$ 1,295.100,00** conforme ofício No 055/2014 enviado pelo Secretário da SEDAP ao Secretário de Finanças em 20 de maio de 2014 e resumido no quadro abaixo:

Tabela 1. Contrapartida Necessária do Governo do Estado da Paraíba

Compromisso do GovPB no POA 2014	Contrapartida GovPB	Data limite
Convênios 2º Edital:	R\$ 680.000,00	
- Parcela julho	R\$ 200.000,00	31/07/2014
- Parcela agosto	R\$ 200.000,00	31/08/2014
- Parcela setembro	R\$ 280.000,00	30/09/2014
Convênio IICA (atividades de campo – oficinas seminários assistência técnica, pessoal dos escritórios locais e apoio a UGP e equilíbrio financeiro)	R\$ 485.100,00	30/06/2014
	R\$ 237.699,00	30/09/2014
Convênios Parceiros	R\$ 130.000,00	15/08/2014
Demais atividades comprometidas no POA 2014	R\$ 253.422,00	30/10/2014
	R\$1.786.221,00	

O FIDA manifesta grande preocupação quanto à indisponibilidade da contrapartida que poderá afetar fortemente o progresso do PROCASE e solicita especial atenção da SEDAP e da UGP para a obtenção dos recursos necessários junto a SEFIN. A missão lembrou ainda que faz-se necessário o reequilíbrio dos aportes repassados ao IICA 2013, no que se refere a contrapartida, no mais breve prazo possível.

E.4 Cumprimento das Cláusulas do Contratuais. Grande parte das cláusulas contratuais foi cumprida de forma satisfatória e algumas cláusulas estão em processo de cumprimento, a saber: estabelecimento dos Convênios de Parcerias e atualização do MIP e Manual Financeiro. Outras cláusulas ainda permanecem não cumpridas, e que necessitam da devida atenção como: i) Aporte da contrapartida necessária; ii) indicação do Coordenador dedicado ao Componente 1; iii) contratação do software contábil para a gestão financeira; e iv) providenciar o seguro do imóvel da UGP e seu conteúdo.

E.5. Aquisições e Contratações. A Comissão de Licitação foi renomeada recentemente e é composta de membros que atuam cumulativamente com funções não recomendadas para a posição (Coordenadores Financeiro e de M&A). A missão solicitou que uma nova comissão seja nomeada com membros que não atuem nestas funções e que seja remetida a nova composição ao FIDA para revisão prévia. O pessoal da Comissão de Licitação e da Assessoria Jurídica da UGP demonstrou os básicos conhecimentos para realizar as aquisições segundo as normas pactuadas no Projeto. Contudo a missão e a UGP verificaram que devido ao volume de aquisições previstas e da necessidade de disseminação das normas de aquisição do FIDA, para os parceiros e para os executores de convênios, é necessária a contratação de um consultor com experiência neste tema para apoiar o Projeto na atual fase de execução.

1. **Processos:** As principais aquisições foram a contratação da empresa de auditoria e de móveis para UGP. O projeto teve um atraso nas aquisições, devido a necessidade de adequação dos procedimentos do PROCASE junto ao sistema de compras do Governo e a indisponibilidade da contrapartida. Alguns itens extremamente importantes para serem licitados ainda não tiveram avanços em seus processos, tais como: software contábil, computadores, estudo de base, automóveis, locação de veículos, vigilância do escritório do PROCASE. A missão solicita especial atenção da UGP no tema de licitações a fim de permitir a disponibilidade de bens e serviços adequados, satisfatórios e em tempo, tão necessários para o avanço desejável do Projeto.
2. **Convênio IICA-SEDAP/PROCASE:** De forma geral os arranjos e fluxos estabelecidos na cooperação são adequados e contribuem significativamente para o avanço do PROCASE. Contudo, estes arranjos carecem de agilidade para uma melhor fluência nos passos administrativos relacionados às ações de aquisições, contratações, análise de produtos e pagamentos. O FIDA recomenda que a UGP defina claramente junto ao IICA as atribuições dos profissionais contratados no enlace do referido Convênio, no intuito de promover a sinergia desejada, especialmente quanto aos prazos de execução.

Tabela 2. Resumo Execução Convênio IICA-SEDAP/PROCASE

Valor do Convênio	R\$ 5.940.000,00	Valor repassado	R\$ 990.000,00
Valor repassado	R\$ 990.000,00	Valor gasto	R\$ 211.244,95
Saldo a repassar	R\$ 4.950.000,00	Saldo em caixa	R\$ 778.755,05

3. **Convênios: vigência** – A missão recomenda que o prazo de execução e vigência dos convênios e contratos sejam definidos em função do tempo necessário para o atingimento das metas e da execução dos serviços respectivamente. Especialmente para o contrato de aluguel do escritório da UGP, convênios e parcerias recomenda-se que se busque a maior duração cabível adequada às necessidades.

4. **Capacitação para gestão dos convênios** – A missão recomendou à UGP a atentar para necessidade de capacitação aos executores de convênios de investimentos produtivos nos temas de gestão administrativa, financeira e de aquisições previamente ao início da realização dos gastos do projeto.

E.6. Auditoria. Durante a missão, a empresa contratada para auditar as contas do Projeto relativas ao ano de 2013 encontrava-se realizando os seus trabalhos no escritório da UGP. A fim de não concorrer pela atenção da equipe da Coordenação Financeira do PROCASE, o escopo da supervisão financeira da missão do FIDA foi ajustado a fim de não prejudicar os prazos acordados com os auditores. A UGP informou que o Relatório de Auditoria chegará ao FIDA no prazo contratual.

F. Sustentabilidade

A sustentabilidade das ações orientadas a impulsionar o desenvolvimento depende do que é feito desde seu início. No caso do PROCASE, embora seja cedo para opinar sobre a sustentabilidade das ações apoiadas, o enfoque e várias definições metodológicas e operacionais adotadas e já aplicadas até agora, mostram que está se construindo um processo com potencial de sustentabilidade. Entre os elementos adotados pelo Projeto que têm potencial para contribuir à sustentabilidade ressaltam os seguintes:

- A participação das comunidades e organizações rurais a se beneficiarem do Projeto e sua apropriação das ações nas quais participarão, são elementos essenciais no enfoque adotado pelo PROCASE. Isto se traduz no fato que os projetos de investimento produtivo preparados até agora e os que serão preparados no futuro foram e serão identificados e priorizados por essas organizações e comunidades, assumindo que a apropriação é um requisito para a sustentabilidade.
- A identificação de arranjos produtivos prioritários e a formulação de projetos no marco desses arranjos considera não somente o caráter participativo que é importante, mas também o potencial produtivo, de mercado e de geração de renda, no qual a contribuição técnica da UGP e de outros parceiros é fundamental. A combinação de demanda desde a base e apropriação social, com a viabilidade produtiva e econômica é outro tema chave para a sustentabilidade adotado pelo PROCASE.
- A sustentabilidade ambiental está também presente nas prioridades do PROCASE e é levada em conta na preparação dos projetos de investimento, mediante ações específicas orientadas ao manejo sustentável de recursos naturais e nas atividades de capacitação e assistência técnica.
- A execução dos investimentos produtivos será realizada diretamente pelas comunidades e organizações, com apoio técnico contínuo do Projeto através da UGP e de instituições com as quais o PROCASE está construindo parcerias com essa finalidade. A expectativa é que esta execução direta, realizada com suporte de capacitação e assistência técnica, contribuirá ao desenvolvimento de novas capacidades e ao empoderamento, fatores chave para a sustentabilidade no longo prazo.
- O desenvolvimento de novas capacidades nas comunidades e organizações e o fortalecimento das suas capacidades organizacionais e gerenciais faz parte do coração do Projeto, e são essenciais para a sustentabilidade além da presença do Projeto que, por natureza, é temporal.
- Finalmente, o fortalecimento de um tecido institucional e social local, forte e participativo, é outro elemento fundamental do enfoque e das ações do Projeto, orientado a criar as condições para esta sustentabilidade.

Os aspectos mencionados não são parte somente do enfoque do Projeto, mas já estão sendo incorporados nas atividades implementadas até agora.

G. Plano de trabalho acordado entre o PROCASE e o FIDA

A partir das seções anteriores, foi acordado que as atividades prioritárias e que merecem maior atenção e que precisam ser realizadas nos próximos meses pela equipe do PROCASE são as seguintes:

Tabela 3. Plano de Tarefas Administrativas e Financeiras

	ATIVIDADE	META	PRAZO
01	Completar equipe da UGP e URGP:	<ul style="list-style-type: none"> - Nomear Gerente de Componente 1 (Desenvolvimento Humano); - Contratar 2 técnicos: 1 coordenador e 1 mobilizador social para completar equipe da URG de Juazeirinho e Barra de Santa Rosa respectivamente; - Contratar assessor de M&A; - Contratar 3 técnicos em gestão de convênios, sendo 1 de forma urgente e imediata;- Contratar um especialista em licitações (de forma temporária). 	30/06/2014 30/06/2014 30/06/2014 30/06/2014 10/07/2014
02	Ajustar fluxo do PCT com IICA:	<ul style="list-style-type: none"> - Preparar fluxo de tarefas, incluindo pagamento e contratação de consultores, estabelecendo prazos. 	30/06/2014
03	Completar estrutura física infraestrutura e equipamento da UGP e URGP:	<ul style="list-style-type: none"> - Efetuar ajustes e adequação dos espaços físicos das cinco URGP; - Infraestrutura de funcionamento da UGP e URGPss incluindo equipamento de informática, veículos, etc. 	30/08/2014 30/08/2014
04	Aquisição de infraestrutura e/ou equipamentos para funcionamento da UGP e URGP	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de: Computadores e notebooks Material de informática diverso; Projeto; Veículos; GPS; Material de escritório; Máquina fotográfica/tablet; Aparelhos de comunicação Bebedouros; Ar condicionado; Impressora e fotocopadora - Contratação de serviços: Combustível; Manutenção de veículo; Material de comunicação; 	30/08/2014 30/08/2014
05	Operacionalizar Sistema de Informatizado de Gerenciamento Financeiro/Contábil:	<ul style="list-style-type: none"> - Contratar consultorias especializadas para apoiar finalização do Sistema; 	30/08/2014
06	Nova nomeação da Comissão de Licitação	<ul style="list-style-type: none"> - Membros da nova comissão definidos. 	15/06/2014
07	Treinamento e nivelamento da equipe de licitações, financeira da UGP e URGP	<ul style="list-style-type: none"> - Definir programa e público; - Realizar treinamento; 	30/06/2014 30/08/2014
08	Envio do Relatório de Auditoria ao FIDA	<ul style="list-style-type: none"> - Enviar Relatório 	16/06/2014

Tabela 4. Plano de Tarefas Técnicas

No	Atividade	Meta	Prazo
01	Assessoria técnica (AT) contínua e especializada	Definir a estratégia de AT do projeto que incluirá: - Definições básicas; - Potenciais tipos de fornecedores, - Definição do perfil técnico, institucional e operacional/logístico que devem cumprir os fornecedores (critérios de seleção),	30/07/2014
02	Investimentos produtivos	Revisar processos dos investimentos produtivos que incluirá para os próximos investimentos: - Critérios para avaliação e viabilidade técnica e econômico/financeira; - Mecanismos de aprovação: janela editais e janela seleção de comunidades; - Critérios e priorização para a seleção de comunidades e organizações produtivas; - Contratação de estudos de mercados dos arranjos produtivos; Para o segundo edital: - Assinatura de convênios oriundos do segundo edital; - Repasse dos recursos dos convênios do segundo edital.	30/09/2014 04/07/2014 04/07/2014
03	Revisão e ajustes no Manual de Implementação do Projeto	Efetuar ajustes, revisão ou inclusão: - nos critérios e priorização para a seleção de comunidades e organizações - no arranjo institucional; - documento com o roteiro e as etapas dos investimentos produtivos como anexo do Manual. - continuidade dos trabalhos nas comunidades; - limite para financiar investimentos; - ferramentas específicas e comuns para fornecedores de AT (capacitações, metodologia, monitoramento da prestação de AT) como anexo. - revisão do Manual de Gerenciamento Financeiro e anexos.	31/08/2014 31/07/2014
04	Monitoramento e avaliação (M&A)	- Revisão do Marco Lógico - Concepção e desenvolvimento do sistema de M&A - Questionário para enquête de linha de base	30/06/2014 31/08/2014 31/08/2014

H. Conclusões

O primeiro ano de implementação do PROCASE esteve caracterizado por limitações relativas a uma equipe técnica da UGP excessivamente pequena e insuficiente para executar o Projeto, restrições na infraestrutura e equipamento necessários para o trabalho da UGP, falta de recursos de contrapartida estadual necessários para co-financiar -junto ao FIDA- as despesas e investimentos do Projeto, e limitada experiência em distintas unidades do Governo Estadual para a gestão de recursos e projetos com financiamento internacional. Esta situação determinou que nessa primeira etapa a implementação do Projeto fosse mais devagar que o desejável, mas nos últimos seis meses as limitações mencionadas começaram a ser resolvidas, em alguns casos inclusive com a participação direta do Governador da Paraíba, o que permitiu deslanchar sua implementação.

Na finalização da presente supervisão, a missão do FIDA considera que o Projeto está no rumo certo no que tem a ver com o enfoque de desenvolvimento que o está orientando, a estratégia operacional aplicada pela UGP, a construção de parcerias dirigidas a aproveitar as capacidades e recursos institucionais existentes e somá-los aos do PROCASE, e uma visão clara sobre como incorporar desde o início elementos orientados à sustentabilidade econômica, social e ambiental das atividades apoiadas. Junto com isso, as atividades tem se acelerado nos últimos meses no marco de uma programação estratégica que, embora não esteja sempre explícita nos documentos oficiais do Projeto, marca com clareza sua orientação e seu ritmo de implementação. Se o processo de execução do Projeto mantém o ritmo que alcançou nos últimos meses, consolida o enfoque implementado até agora, garante a continuidade da atual equipe técnica que lidera a UGP e preserva o apoio das altas autoridades do Governo da Paraíba, é possível enxergar um projeto bem sucedido com alto potencial para impactar positivamente na vida das pessoas, na sua economia e nas organizações que constituem seu capital social.

2014 é um ano eleitoral no Brasil, o que implica possíveis limitações para o financiamento direto de certas atividades com recursos públicos durante vários meses, inclusive aquelas orientadas a promover processos de desenvolvimento como é o caso dos projetos de investimento produtivo financiados pelo PROCASE. Esta situação poderá limitar o repasse de recursos do PROCASE às organizações beneficiárias para a execução desses projetos de investimento, mas a UGP e os parceiros do Projeto poderão trabalhar sem restrições no apoio técnico para a implementação dos projetos aprovados recentemente e dos que se espera serem aprovados no mês de junho, no desenvolvimento das capacidades dos beneficiários, no fortalecimento das suas organizações, na construção de parcerias que fortalecerão a implementação do Projeto, na preparação de estratégias chave tais como aquelas orientadas ao desenvolvimento integral e estratégico dos principais arranjos produtivos apoiados, e na incorporação de ajustes no instrumental metodológico e operacional desenvolvido pela UGP e que pode ser enriquecido com base na experiência adquirida até agora.

Finalmente, o FIDA gostaria de expressar mais uma vez sua satisfação pelos avanços registrados recentemente na implementação do Projeto, e parabenizar às pessoas e instituições envolvidas na realização destes avanços.

João Pessoa, 27 de maio de 2014

Agamenon Vieira da Silva
Secretário de Estado de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca

José Gonçalves da Silva Filho
Secretário Executivo da Agricultura Familiar

Dirce Ostroski
Coordenadora do Projeto PROCASE

Ivan Cossio
Gerente de Programas do FIDA para o Brasil

Hardi Vieira
Oficial de Programas do FIDA no Brasil

Anexo 1

Aspectos financeiros: Execução financeira efetiva, por financiador e componente, e desembolsos por categoria

Tabela 5A: Execução Financeira por financiador				30/04/2014
Financiador	Aprovado (USD equiv)	Atual (USD equiv)	Desembolsado (USD)	% desembolsado
FIDA	25.000.000	25.000.000	3.000.000	12%
Governo da Paraíba	12.101.000	12.101.000	415.530*	3%
Total	37.101.000	37.101.000	3.415.530	9%

Fonte: UGP/Procace
 * inclusive salários

Tabela 5B: Execução Financeira por financiador e componente (USD)

Componente	FIDA			Governo da Paraíba			Total		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
1. Desenvolvimento humano e capital social	1.017.260,00	-	0,0%	1.615.970,00	-	0,0%	2.633.230,00	-	0,0%
2. Desenvolvimento Produtivo e inserção no mercado;	19.939.500,00	541,82	0,0%	7.355.470,00	812,74	0,0%	27.294.970,00	1.354,56	0,0%
3. Manejo Sustentável dos Recursos Naturais	1.548.610,00	64,70	0,0%	1.498.900,00	97,04	0,0%	3.047.510,00	161,74	0,0%
4. Desenvolvimento Institucional	779.160,00	24,26	0,0%	239.330,00	36,39	0,0%	1.018.490,00	60,65	0,0%
5. Gerenciamento do Projeto	1.715.470,00	287.082,13	16,7%	1.391.330,00	414.584,28	29,8%	3.106.800,00	701.666,41	22,6%
Total	25.000.000,00	287.712,91	1,2%	12.101.000,00	415.530,45	3,4%	37.101.000,00	703.243,36	1,9%

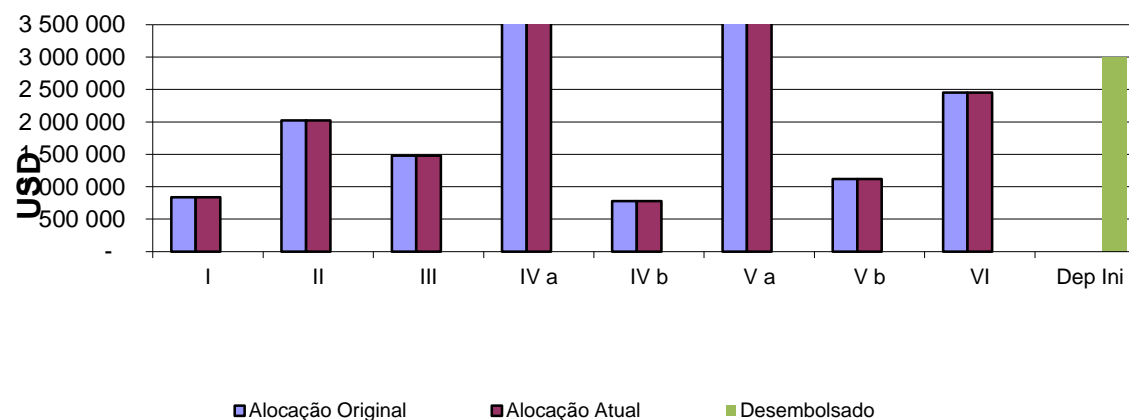
Fonte: UGP/PROCASE

Tabela 5C: Desembolsos por Categorias (SDR)

		SDR, em 30/04/2014					
	Descrição da Categoria	Alocação Original	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des
I	Equipamentos e Veículos	540.000	540.000	-	-	540.000	0%
II	Treinamento - Cursos e Oficinas	1.300.000	1.300.000	-	-	1.300.000	0%
III	Convênios e Contratos para Serviços Técnicos	950.000	950.000	-	-	950.000	0%
IV a	Fundos de Investimentos Produtivos	8.100.000	8.100.000	-	-	8.100.000	0%
IV b	Fundos de Investimentos Ambientais	500.000	500.000	-	-	500.000	0%
V a	Custos Recorrentes/Salários UGP, ADLs, Extencionistas	2.380.000	2.380.000	-	-	2.380.000	0%
V b	Custos Recorrentes/Custos Operacionais	720.000	720.000	-	-	720.000	0%
VI	Não alocado	1.574.876	1.574.876	-	-	1.574.876	0%
	Depósito Inicial		-	1.937.652	-	(1.937.652)	
	Total	16.064.876	16.064.876	1.937.652	-	14.127.224	12%

Fonte: FIDA

Gráfico 1: Desembolsos com recursos do FIDA, comparação entre as alocações originais e atuais, e desembolsos efetivos



Anexo 2

Cumprimento das cláusulas legais: estado de implementação em 20 de maio de 2014

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção B, 7	Conta Operativa. O mutuário deverá abrir a Conta Operativa e a partir daí manter em um banco comercial aceito pelo Fundo, para recebimentos dos fundos do empréstimo e contrapartida	anualmente	cumprido	Parte de despesas são diretamente executadas da conta do governo, contabilizando 100% contrapartida
Seção B, 8	Contrapartida. Durante o período de execução do projeto, o mutuário deverá prover fundos de contrapartida oriundas de seus próprios recursos em um montante de US\$ 12.101.000.	anualmente	parcialmente	O projeto apenas aportou 3% dos recursos de contrapartida
Seção C, 1	Agência Líder. A responsabilidade pela execução do projeto é exercida pela Secretaria de Estado da Agropecuária e da Pesca - SEDAP	anualmente	cumprido 20/12/2012	A UGP foi estabelecida por meio da Portaria SEDAP134/2012
Seção E, 1	Manual de Implementação/Operações do Projeto. O MIP/MOP não foi desconsiderado, suspenso, cancelado, alterado ou modificado sem a devida anuência do Fundo.	anualmente	cumprido	
Seção E, 2	Condições de Desembolso. As condições específicas foram cumpridas	No início do projeto	cumprido	
Seção E, 3	Emenda. Nenhuma emenda foi realizada no Contrato de Empréstimo sem a anuência do Garantidor do Empréstimo, incluindo a Data de Conclusão e de Encerramento do Projeto	anualmente	cumprido	
Anexo 1, II, 1	Agência Executora. É a SEDAP, e preside o Comitê Diretor.	anualmente	cumprido	
Anexo 1, II, 2	UGP. A UGP foi estabelecida e seu Coordenador foi indicado e os TORs do pessoal-chave foi aprovado pelo Fundo.	anualmente	cumprido	
Anexo 1, II, 3	Comitê Diretor. O Comitê Diretor está estabelecido e é composto pelo definido no MIP. O Comitê revisou o POA respectivo.	anualmente	cumprido	
Anexo 1, II, 4/5	Acordos Subsidiários. Os arranjos de implementação com as demais Secretarias de Estado e outros partícipes foram estabelecidos	anualmente	parcialmente	Realizado Convênio com a CDRM. Faltam os (EMEPA, EMATER e SEPLAN)
Anexo 1, II, 6	Comitê Executivo do Fundo de Investimentos Produtivos. Foi estabelecido e está operante com reuniões de pelo menos 3 vezes ao ano.	anualmente	cumprido	O Comitê Diretor atua como este comitê
Anexo 1, II, 7	Vinculação ao MIP. O Projeto tem sido executado conforme o MIP. Este	Início do projeto	cumprido	

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
	está elaborado e possui todas as informações estabelecidas no acordo.			
Anexo 1, II, 7	Impostos. Os impostos não são custeados com recursos do financiamento e são cobertos com recursos exclusivos da contrapartida.	anualmente	cumprido	
Anexo 2, 1	Gastos Admissíveis. Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas nos montantes, porcentagens e definições conforme indicadas no Anexo 2 do contrato de empréstimo	anualmente	cumprido	
Seção 4.02, b) das CG	Pre-requisitos de Saque. Nenhum saque será efetuado sem a aprovação do primeiro POA e de todas as condições especificadas no Contrato de Empréstimo	anualmente	cumprido	
Seção 4.04, b) das CG	Carta de Assinaturas. Envio da Carta de Assinaturas para solicitação de Pedidos de Saque	anualmente	cumprido	Será enviado nova carta de assinaturas devido ao troca do Secretário SEDAP
Seção 4.04, c) das CG	Documentos de justificação. Apresentação dos documentos e meios de comprovação exigida junto aos Pedidos de Saque	Junto ao Pedido de Saque	cumprido	
Seção 4.04, d) das CG	Conta Designada. O mutuário devera abrir e a partir daí manter em um banco comercial proposto pelo Mutuário e aceito pelo Fundo	Início do projeto	cumprido	Houve a troca da conta inicialmente informada com anuência do FIDA
Seção 4.08, a) das CG	Os Gastos Admissíveis tem sido financiados: i) sobre custos razoáveis e contratados conforme Diretrizes do FIDA; ii) Durante o período de execução do projeto, salvo os gastos de encerramento que poderão ser efetuados após a data de conclusão e antes da data de encerramento; iii) Por partícipe do Projeto; iv) Realizada até o montante e a porcentagem indicada no Contrato	constante	cumprido	
Seção 4.08, c) e d) das CG	Os Gastos Admissíveis não tem sido financiados para pagamentos a pessoas ou empresas oriundos de países com restrições definidas em uma decisão do Conselho de Segurança da ONU. ou à empresas ou pessoas cujos bens e serviços foram constituintes de corrupção, fraude ou prática coercitiva ou colusória por parte de representantes do Mutuário ou fornecedoras de países com restrições de uma decisão do Conselho de Segurança da ONU	constante	cumprido	
Seção 7.01, b) (ii) das CG	Plano Operativo Anual. Antes de cada ano do projeto, a UGP deverá , se necessário, apresentar a minuta do POA ao órgão de supervisão designado pelo mutuário para a sua revisão . Após a revisão A UGP deverá	anualmente	cumprido	

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
	apresentar a minuta do POA ao Fundo para comentários.A UGP deverá adotar o POA na forma aceita pelo Fundo.			
Seção 7.05 das CG	Aquisições e contratações em conformidade com as normas do FIDA e Carta ao Mutuário	anualmente	cumprido	
Seção 7.06 das CG	Uso de bens e serviços. Bens, serviços e instalações são utilizados exclusivamente para os fins do Projeto	anualmente	cumprido	
Seção 7.07 das CG	Manutenção. Instalações e obras financiadas com recursos do empréstimo em condições de manutenção aceitáveis	anualmente	cumprido	
Seção 7.08 das CG	Seguros. a) A UGP mantém segurados os bens adquiridos seguráveis e instalações utilizadas contra riscos e em valores compatíveis e b) bens importados contra riscos durante a aquisição, transporte e entrega até o lugar em que este seja utilizado ou instalados	anualmente	parcialmente	É necessário apresentar o seguro do imóvel contra incêndio e valores
Seção 7.11 das CG	Pessoal-chave do Projeto. O mutuário designará o Diretor e pessoal-chave do Projeto na forma especificada no Contrato de Empréstimo, com qualificações e experiência adequadas aprovadas pelo Fundo, mantê-los durante todo o período de execução do Projeto, e assegurados contra riscos de saúde e acidentes nos termos das práticas da administração pública nacional.	anualmente	parcialmente	É necessário nomear o Coordenador de dedicação exclusiva para o Componente 1
Seção 8.01 das CG	Registros e documentação. Os registros e documentação são adequados, refletem as operações relativas à execução do Projeto, e são mantidos arquivados em instalações adequadas.	anualmente	cumprido	
Seção 8.02 a) das CG	Sistema de Gestão de Informações adequado satisfatório e operacional em conformidade com as Diretrizes de Avaliação de Projetos do FIDA	Início do projeto	Não cumprido	O sistema financeiro não está contratado. O processo está em tramitação .
Seção 8.03 a) das CG	Relatórios de Progresso. O mutuário enviará periodicamente o respectivo relatório com conteúdo adequado.	anualmente	Cumprido em março/2014	
Seção 8.03 b) das CG	Revisão de Meio Período. O mutuário junto ao FIDA realizam um revisão de meio período.	No terceiro ano do projeto	Não se aplica	
Seção 8.04 das CG	Relatório de Conclusão do Projeto. O mutuário enviará semestralmente o respectivo relatório com conteúdo adequado.	No sexto ano de projeto	Não se aplica	
Seção 9.01 das CG	Registros Financeiros. Os executores utilizarão contas e registros específicas e adequados para refletir de forma segregada, as operações, recursos e gastos relativos ao Projeto	anualmente	cumprido	os registros estão contabilizados no Sistema do Governo de forma segregada e na contabilidade do projeto

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção 9.01 das CG	Demonstrações Financeiras. O mutuário deverá elaborar as demonstrações financeiras das operações, recursos e despesas relativas ao projeto a cada exercício fiscal, apresentando essas demonstrações financeiras ao Fundo no prazo de quatro meses contados do final desse período.	Anualmente	cumprido	Enviado em 30/04/2014
Seção 9.03 a) das CG	Auditoria das Contas. O mutuário fará com que as demonstrações financeiras relacionadas ao Projeto sejam auditadas a cada exercício fiscal por Auditores Independentes aceitáveis ao Fundo de acordo com as Diretrizes do FIDA para auditoria de projetos, de uso dos mutuários.	anualmente	Cumprido em 13/05/2014	A empresa de auditoria foi contratada e os trabalhos iniciados
Seção 9.03 b) das CG	Relatório de Auditoria. O mutuário deverá enviar uma cópia certificada do respectivo relatório ao Fundo e dentro do prazo de seis meses do final da cada exercício fiscal. Submeterá também ao Fundo a resposta à Carta Gerencial emitida pelos auditores, dentro de um mês após recebe-la.	anualmente	iniciado	O próximo relatório de auditoria a ser encaminhado ao Fundo será até 30/06/2014
Seção 9.04 a) das CG	Outros Relatórios Financeiros. O mutuário enviará ao Fundo prontamente os demais relatórios que o Fundo razoavelmente solicite sobre qualquer assunto financeiro relacionado ao Projeto	anualmente	cumprido	A UGP tem enviado as informações solicitadas pelo Fundo
Seção 10.03 das CG	Avaliações. O Mutuario e cada parte do Projeto deverao facilitar todas al avaliacoes e análise de Projeto que o Fundo possa eventualmente realizar durante a execucao do projeto, e durante dez años apos essa data.	anualmente	cumprido	A UGP tem colaborado com as supervisões e visitas do FIDA

Apêndice 1: Resumen del estado del proyecto y ratings

Basic Facts

Country	Brazil			Project ID	1487	Loan/DSF Grant No.	798
Project	Cariri and Seridó Sustainable Development Project					Top-up Loan/DSF Grant	
Date of Update	25-Jun-2014						
Supervising Inst.	IFAD/IFAD						
No. of Supervisions	2	No. of Implementation Support/Follow-up missions	5				
Last Supervision	28-May-2014	Last Implementation Support/Follow-up mission	04-Jan-2014				

USD million Disb. rate %

Approval	17-Dec-2009			Total financing	49.69	
Agreement	17-Oct-2012	Effectiveness lag	34.5	IFAD Total	25.00	
Entry into force	17-Oct-2012	PAR value	-----	IFAD loan	25.00	12
First disbursement	17-Jan-2013			DSF grant		
MTR		Last amendment		IFAD grant		
Original completion	31-Dec-2018	Last audit	27-May-2014	Domestic Total	24.69	
Current completion	31-Dec-2018			Beneficiaries	9.19	0
Original closing	30-Jun-2019			Government (Local)	12.10	4
Current closing	30-Jun-2019			Government (National)	3.40	0
No. of extensions	0			External Cofinancing Total		

Project Performance Ratings

B.1 Fiduciary Aspects	Last	Current	B.2 Project implementation progress	Last	Current
1. Quality of financial management		4	1. Quality of project management	4	5
2. Acceptable disbursement rate	3	4	2. Performance of M&E	3	3
3. Counterpart funds	4	3	3. Coherence between AWPB & implementation		4
4. Compliance with financing covenants	4	5	4. Gender focus	4	5
5. Compliance with procurement	4	5	5. Poverty focus	4	5
6. Quality and timeliness of audits	4	5	6. Effectiveness of targeting approach		5
			7. Innovation and learning		
			8. Climate and environment focus		4
B.3 Outputs and outcomes	Last	Current	B.4 Sustainability	Last	Current
1. Desarrollo de capital humano y social	4	4	1. Institution building (organizations, etc.)		4
2. Desarrollo productivo y acceso a mercados	4	4	2. Empowerment		4
3. Manejo sustentable de recursos naturales	3	4	3. Quality of beneficiary participation	4	5
4. Desarrollo institucional	4	4	4. Responsiveness of service providers	3	4
			5. Exit strategy (readiness and quality)		
			6. Potential for scaling up and replication		

B.5 Justification of ratings

Acuerdo de Financiamiento firmado en oct-2012, taller de arranque realizado en dic-2012 e inicio efectivo de la implementación en ene-2013. La mayoría de las calificaciones se basan en evidencias, pero algunas (innovación y aprendizaje, enfoque en

medio ambiente, empoderamiento, respuesta de los proveedores de servicios) expresan tendencias que se confirmarán o modificarán a medida que avance la implementación. La gestión fiduciaria (B.1) es buena, la tasa de desembolso es razonable, se cumplen con bastante rigor las normas sobre adquisiciones y las cláusulas del Convenio de Financiamiento y la primera auditoría fue concluida oportunamente; la disponibilidad de fondos de contrapartida es menor que lo esperado, tema que es abordado sistemáticamente en el diálogo con el Gobierno y se esperan mejoras en los próximos meses. Hubieron avances importantes en la implementación (B.2): la UGP fue fortalecida con personal contratado mediante procesos selectivos, tiene un liderazgo creciente, se incluyen paulatinamente los co-ejecutores y otros socios, la focalización en pobreza es clara, se aplica un efectivo enfoque de género expresado (por ejemplo) en una alta proporción de mujeres beneficiadas por inversiones productivas; del lado menos positivo hay atrasos en la implementación del sistema de M&E debido a que el FIDA está impulsando el establecimiento de un sistema común para todos los proyectos del Brasil, lo que inevitablemente atrasa su implementación. Al ritmo actual todos los componentes deberían alcanzar los productos/resultados previstos (B.3) y por ejemplo el de desarrollo productivo aceleró notablemente su marcha en 2014, aunque estas tendencias se confirmarán más adelante. En cuanto a la sostenibilidad (B.4) resalta positivamente la participación de los beneficiarios; por otra parte la UGP tienen claro como impulsar el fortalecimiento institucional y el empoderamiento, y existe un buen potencial de respuesta de los proveedores de servicios.

Overall Assessment and Risk Profile

	Last	Current
C.1 Physical/financial assets	4	4
C.2 Food security	3	4
C.3 Quality of natural asset improvement and climate resilience	3	4
C.4 Overall implementation progress (Sections B1 and B2)	4	4

Rationale for implementation progress rating

El proyecto comenzó a ejecutarse en condiciones poco favorables: un equipo técnico muy pequeño, condiciones materiales (infraestructura, equipamiento) totalmente deficitarias, sin recursos de contrapartida gubernamental y con un perfil institucional muy bajo. El trabajo calificado y comprometido del equipo base de la UGP permitió avances importantes en los pasados meses: 1) en el ámbito institucional el proyecto ganó creciente apoyo dentro del gobierno, estableció su Comité Directivo que funciona bien y contribuye a la implementación, está construyendo alianzas con co-ejecutores y otros actores importantes, va ganando legitimidad entre las organizaciones sociales e instituciones presentes en su área de actuación; 2) en términos operacionales se fortaleció la UGP con personal calificado y se establecieron las unidades regionales (locales) de gestión del proyecto; 3) se fortalecieron herramientas operacionales y técnicas clave el Manual de Implementación, criterios de evaluación de proyectos de inversión, manual de administración financiera; 4) avanzó la ejecución, principalmente del componente de desarrollo productivo dentro del cual se aprobaron más de 30 proyectos de inversión que están comenzando a ser ejecutados; 5) esos proyectos están bien focalizados en términos de pobreza, favorecen prioritariamente a organizaciones de mujeres y están enfocados en las actividades productivas con mayor potencial de generación de ingreso para los pequeños agricultores familiares. Si estos avances mantienen este ritmo en los próximos meses, es posible esperar una mejor calificación en el próximo portfolio review.

C.5 Likelihood of achieving the development objectives (section B3 and B4)	4	4
--	---	---

Rationale for development objectives rating

Si bien el proyecto tiene menos de 2 años de implementación, los avances mencionados anteriormente, el proceso de construcción de propuestas conceptuales y metodológicas adecuadas, y la claridad sobre la importancia del empoderamiento, la participación de los beneficiarios y la construcción de capacidades locales permiten prever que sus objetivos de desarrollo serán alcanzados. Es demasiado temprano para opinar con cierta certeza el potencial de sostenibilidad, pero el Gobierno y el FIDA tenemos claro que, a medida que se acelera la implementación, es necesario poner mayor atención en los elementos que contribuirán a esa sostenibilidad tales como la capacidad de respuesta de los proveedores de servicios, el fortalecimiento de las capacidades individuales y asociativas, y el diseño de una estrategia de retirada.

C.6 **Risks** Short description of major risks for each section and their impact on achievement of development objectives and sustainability

Fiduciary aspects	Las capacidades de administración financiera de la UGP son razonablemente buenas, están fortaleciéndose y no existen riesgos relevantes en este ámbito. Sin embargo es necesario: 1. Acelerar la construcción del sistema contable informatizado, ya que hasta ahora el proyecto utiliza el sistema del Gobierno de Paraíba que tiene limitaciones para emitir informes desagregados sobre las cuentas del proyecto en tiempo real. 2. Incrementar los desembolsos de contrapartida del gobierno para evitar riesgos en la ejecución del proyecto.
Project implementation progress	No existen factores que pongan en riesgo el logro de los objetivos de desarrollo. Sin embargo merecen atención prioritaria: 1. La contratación de personal todavía faltante para la UGP. 2. La construcción y puesta en funcionamiento del sistema de monitoreo y evaluación. En Octubre de 2014 se celebrarán elecciones nacionales y estatales en el Brasil, lo que tiene implicaciones importantes para el Proyecto: 1. Hay restricciones legales para realizar inversiones durante el periodo electoral, lo que puede retrasar la implementación del Proyecto 2. En vísperas de las elecciones se realizaron cambios de autoridades de la entidad ejecutora y se prevén nuevos cambios después de la elecciones. Esta situación tiene riesgos potenciales sobre la estabilidad del personal del Proyecto y sobre el ritmo de ejecución, por lo que exige un seguimiento cercano de parte del FIDA y la construcción de nuevas relaciones institucionales con las nuevas autoridades.
Outputs and outcomes	No hay aspectos que pongan en riesgo el logro de los objetivos de desarrollo del proyecto, pero es necesario acelerar la definición y operacionalización de una estrategia de asistencia técnica que apoye a las organizaciones beneficiarias en la implementación de los proyectos de inversión productiva aprobados.

Sustainability Demasiado temprano para evaluar riesgos en este ámbito

Proposed Follow-up

Issue / Problem	Recommended Action	Timing	Status
Sistema contable informatizado	Acelerar la construcción del sistema contable informatizado específico para el proyecto	Septiembre 2014	En curso
Contrapartida gubernamental	Seguimiento al flujo de desembolsos de la contrapartida del gobierno	Actividad continua	En curso
Personal UGP	Concluir la contratación del personal todavía faltante para la UGP	Agosto 2014	En curso
Monitoreo y evaluación	Acelerar la construcción y puesta en funcionamiento del sistema de M&E	Diciembre 2014	En curso
Asistencia técnica	Acelerar la definición y operacionalización de la estrategia de AT del proyecto para apoyar a las organizaciones beneficiarias en la implementación de los proyectos de inversión productiva	Septiembre 2014	En curso
Cambio de gobierno	Dar seguimiento a los cambios de autoridades de gobierno antes y después de las elecciones de Octubre de 2014 para: i) atenuar el riesgo de que esos cambios generen inestabilidad en el personal del proyecto, ii) reducir el riesgo de que esta coyuntura retrase la ejecución del Proyecto, iii) construir relaciones de cooperación y confianza con las nuevas autoridades		

Additional observations

El proyecto comenzó a acelerar su ejecución en los últimos meses y, si bien todavía tiene pendientes tareas importantes para consolidar su implementación, en la agencia ejecutora y en la UGP hay claridad sobre la importancia de esas tareas y el ritmo al cual están siendo abordadas y deberán ser cumplidas. De mantenerse las tendencias actuales es posible esperar un proyecto exitoso.

Apêndice 2 :Marco logico atualizado

<p>Nota: El marco lógico no fue atualizado debido a la fase todavía inicial en la que se encuentra la ejecución del proyecto</p>
--

Apêndice 3 : Resumen de las medidas más importantes que haya que adoptar en plazos convenidos

Nota: Véase sección G del documento principal en la que se presentan de forma detallada las medidas acordadas con el Gobierno y los plazos para su cumplimiento.
--

Apêndice 4 : Progressos físicos medidos respecto del POA

Nota: No se incluyen debido a la fase todavía inicial en que se encuentra la ejecución del proyecto

Apêndice 5 : Aspectos financieros

Aspectos financeiros: Execução financeira efetiva, por financiador e componente, e desembolsos por categoria

Tabela 5A: Execução Financeira por financiador 30/04/2014

Financiador	Aprovado (USD equiv)	Atual (USD equiv)	Desembolsado (USD)	% desembolsado
FIDA	25.000.000	25.000.000	3.000.000	12%
Governo da Paraíba	12.101.000	12.101.000	415.530*	3%
Total	37.101.000	37.101.000	3.415.530	9%

Fonte: UGP/Procasse
 * inclusive salários

Tabela 5B: Execução Financeira por financiador e componente (USD)

30/04/2014

Componente	FIDA			Governo da Paraíba			Total		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
1. Desenvolvimento humano e capital social	1.017.260,00	-	0,0%	1.615.970,00	-	0,0%	2.633.230,00	-	0,0%
2. Desenvolvimento Produtivo e inserção no mercado;	19.939.500,00	541,82	0,0%	7.355.470,00	812,74	0,0%	27.294.970,00	1.354,56	0,0%
3. Manejo Sustentável dos Recursos Naturais	1.548.610,00	64,70	0,0%	1.498.900,00	97,04	0,0%	3.047.510,00	161,74	0,0%
4. Desenvolvimento Institucional	779.160,00	24,26	0,0%	239.330,00	36,39	0,0%	1.018.490,00	60,65	0,0%
5. Gerenciamento do Projeto	1.715.470,00	287.082,13	16,7%	1.391.330,00	414.584,28	29,8%	3.106.800,00	701.666,41	22,6%
Total	25.000.000,00	287.712,91	1,2%	12.101.000,00	415.530,45	3,4%	37.101.000,00	703.243,36	1,9%

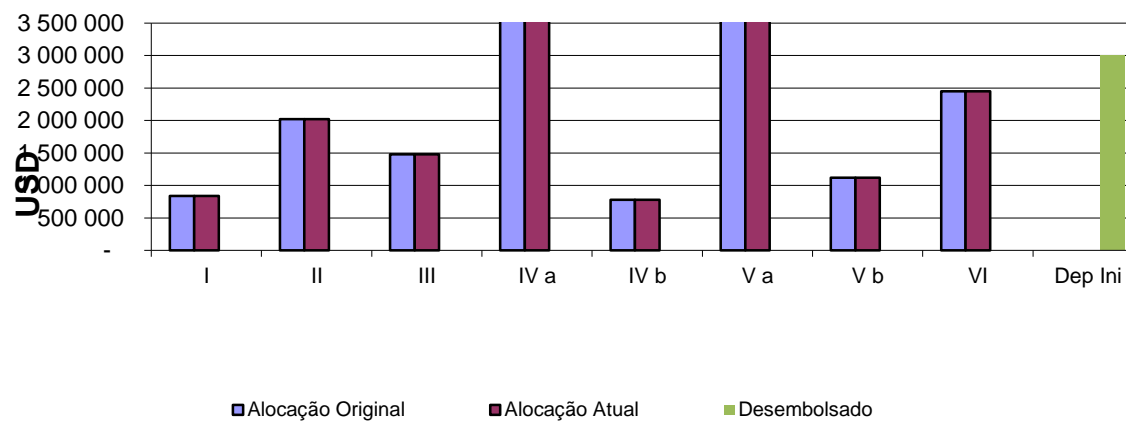
Fonte: UGP/PROCASE

Tabela 5C: Desembolsos por Categorias (SDR)

		SDR, em 30/04/2014					
	Descrição da Categoria	Alocação Original	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente	Saldo	% Des
I	Equipamentos e Veículos	540.000	540.000	-	-	540.000	0%
II	Treinamento - Cursos e Oficinas	1.300.000	1.300.000	-	-	1.300.000	0%
III	Convênios e Contratos para Serviços Técnicos	950.000	950.000	-	-	950.000	0%
IV a	Fundos de Investimentos Produtivos	8.100.000	8.100.000	-	-	8.100.000	0%
IV b	Fundos de Investimentos Ambientais	500.000	500.000	-	-	500.000	0%
V a	Custos Recorrentes/Salários UGP, ADLs, Extencionistas	2.380.000	2.380.000	-	-	2.380.000	0%
V b	Custos Recorrentes/Custos Operacionais	720.000	720.000	-	-	720.000	0%
VI	Não alocado	1.574.876	1.574.876	-	-	1.574.876	0%
	Depósito Inicial		-	1.937.652	-	(1.937.652)	
	Total	16.064.876	16.064.876	1.937.652	-	14.127.224	12%

Fonte: FIDA

Gráfico 2: Desembolsos com recursos do FIDA, comparação entre as alocações originais e atuais, e desembolsos efetivos



Anexo 1 Avaliação da gestão financeira durante a supervisão Questionário de orientação

País: BRASIL, Estado da Paraíba	Número do empréstimo: 798-BR
Nome do Projeto: Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó - PROCASE	
Organismo executor: Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP	GPP/CPM: Iván Cossío
Especialista em Gestão Financeira encarregado do exame: Danilo Pisani	Data do exame: 23 de maio de 2014

Tema		Qualificação do Risco E/M/B	Questões/ Observações/ Recomendações
A. Riscos inerentes			
B. Riscos controláveis			
1. Organização e dotação de pessoal			
a.	Adequação da estrutura orgânica para satisfazer as necessidades funcionais do projeto	B	Necessita contratar mais assessores financeiro para UGP(1) e URGPS(3)
b.	Existência de descrições claras dos postos de trabalho dos cargos chave do Projeto, incluindo os fiduciários	B	
c.	Adequação do pessoal encarregado da gestão financeira do Projeto (quantidade e competências), conforme as necessidades funcionais do Projeto	B	Contratar um especialista em aquisições temporário (para o início apenas)
d.	Existência e adequação de manuais e diretrizes de atuação destinados ao pessoal	B	Existe, porém necessita agregar mais informações
e.	Existência de um sistema de avaliação baseado no desempenho e realização pontual da avaliação do desempenho de todo o pessoal	B	
f.	Adequação da cobertura do seguro médico de todo o pessoal (se procede)	B	A equipe tem seguro médico público e voluntário
g.	Pagamento pontual das contribuições a seguridade social (se procede)	B	Pessoal contratado pelo IICA necessita fazer suas próprias.
h.	Pessoal corretamente informado da política nacional e do FIDA acerca da anticorrupção e quem contatar a este respeito	B	Necessidade de promover
2. Planejamento e Orçamento			
a.	Preparação e aprovação pontuais do plano operativo anual (POA)	B	
b.	Concordância do POA com as categorias de gastos do Apêndice 2 do contrato de financiamento	B	

c.	Se são identificadas as fontes de financiamento e os organismos de execução de cada categoria do POA	B	
d.	Se são identificadas as vinculações entre o POA e o plano de aquisições e contratações (no tocante ao cálculo dos custos e atividades). Há controle entre a estimativa de custos realizada previamente e o efetivo contratado	B	
3. Fluxo de fundos e Desembolso			
a.	Pontualidade no desembolso dos fundos pelas diversas fontes (e do recursos de cofinanciadores, se procede)	B	
b.	Pontualidade no desembolso dos fundos de contrapartida	M	O valor aporta no 1º ano foi baixo
c.	Eficiência dos canais de financiamento. Pontualidade e rastreabilidade dos fluxos de fundos	B	
d.	Eficiência dos canais de financiamento das linhas de crédito. Pontualidade e rastreabilidade dos fluxos de fundos, se procede	M	Há a necessidade de treinamento para gestão financeira pelas associações
e.	Gestão da(s) conta(s) operativa(s), conta(s) designada(s), desembolsos	B	Necessita obter os extratos das contas mensalmente
i)	Adequação da alocação autorizada para assegurar a fluidez do fluxo de fundos	B	
ii)	Correção dos métodos empregados para fazer os desembolsos	B	
iii)	Adequação do respaldo documental das declarações de gastos, reembolsos, pagamentos diretos e compromissos especiais.	NA	
iv)	Preparação pontual e exatidão dos Pedidos de Saque	B	
v)	Autorização dos Pedidos de Saque	M	Secretario SEDAP e Coordenador (duas assinaturas) Necessita atualizar as assinaturas
vi)	Situação dos fundos retirados da conta designada para cobrir gastos cuja reposição ainda não foi solicitado	M	Utilização para gastos temporários da contrapartida
vii)	Regularidade do monitoramento da(s) conta(s) designada(s)/operativa(s) e as conciliações mensais assinadas pelo gerente financeiro/projeto. Examina-se e avaliam-se as conciliações.	E	Não realizadas mensalmente
viii)	Comparação do desembolsado com o POA e análise se a taxa de desembolso é satisfatória tendo em conta o tempo de execução restante. Formular observações, se procede	M	O projeto executou pouco em função da contratação de pessoal, aquisições e disponibilidade de contrapartida.
ix)	Recuperação dos saldos da(s) conta(s) designada(s) dentro do fechamento do empréstimo	NA	

4. Controle Interno			
a.	Segregação de funções. Estão em diferentes unidades ou em pessoas distintas as seguintes responsabilidades operativas: i) a autorização de uma transação; ii) a execução de uma transação; iii) o registro da transação, e iv) a custódia dos bens objeto da transação	B	No fluxo de pagamentos há a segregação. Na comissão de licitação necessita mudar.
b.	A clareza e a adequação dos processos de decisão e a sequência de eventos das funções permite controle na execução do Projeto e reflete-se no manual financeiro (ou seu equivalente)	B	
c.	Observância do manual financeiro	B	
d.	Eficácia e eficiência dos controles internos das entradas de fundos não procedentes do FIDA	B	
e.	Adequação da gestão dos contratos (manutenção de registro de contratos e de formulário de acompanhamento) e de seu arquivo	B	O sistema nacional e planilhas atendem esta necessidade.
f.	Eficácia e eficiência dos controles internos dos gastos (ciclo completo: compromisso, pagamento, recepção de bens e serviços, aprovação de pagamentos, qualificação, etc.)	B	A lei nacional regulamenta o ciclo de controle dos gastos.
g.	Documentos justificativos que confirmem a entrega e aceitação dos bens, obras ou serviços contratados	B	Os documentos são analisados; recebido e atestados pelo recebedor e por mais um servidor
h.	Controles físicos do dinheiro em caixa, documentos e registros. Adequação dos sistemas de arquivo. Se efetua conciliações mensais da caixa pequeno (suprimento de fundos) e arqueos sorpresivos? Custódia do Caixa pequeno e controle das recursos	B	Há regras nacionais próprias. Recursos depositados sempre em conta bancária
i.	Adequação da gestão eficaz do material (gestão patrimonial)	B	Sistemas nacionais
j.	Pagamento pontual aos provedores e consultores	M	Atrasos em pagamentos de Pessoal
k.	Legitimidade dos gastos com respeito aos convênios de financiamento	B	
l.	Legalidade/legitimidade dos adiantamentos de fundos do Projeto e justificativa pontual de sua utilização	B	
m.	Cumprimento das Cláusulas sobre gestão financeira do Contrato de Financiamento e da Carta ao Mutuário	M	O sistema contábil específico não está contratado, mas é utilizado o sistema estadual que atende para controle e fluxo, mas não emite relatório pedidos pelo FIDA
n.	Adequação da manutenção de registros atualizados dos ativos fixos com os existentes.	B	

o.	Adequação dos controles dos ativos do Projeto, com inclusão de: i) gestão dos veículos e de outros ativos (estão devidamente etiquetados o marcados os ativos, se efetuam regularmente um inventário físico das existências?); ii) gestão de combustíveis (os motoristas possuem um caderno de registro?), e iii) as autorizações de viagens (incluídos as diárias pagas ao pessoal)	B	
p.	Adequação do seguro dos veículos e os ativos (asseguráveis)	NA	Os veículos são alugados
q.	Oficinas/ seminários: i) disponibilizada a lista dos participantes; ii) diárias pagas aos participantes, e iii) recibos dos gastos das oficinas/ seminários	B	
r.	Adequação dos controles e do processo de autorização para o emprego dos fundos (pagamentos, transferências, gestão do caixa/saldo bancário) e outras contas operacionais – conta não designada	B	
s.	Arranjos e controles bancários (conciliação dos estados bancários com as contas financeiras)	M	Não se fazem mensalmente
t.	Existência de uma unidade de apoio adequada de tecnologia da informação	B	
5. Contabilidade			
a.	Regime da contabilidade (caixa, competência) e controle sobre se as normas contábeis estão em consonância com os requisitos do FIDA (por exemplo, NIIF/IPSAS 1, apresentação de demonstrativos financeiros/IPSAS 2 demonstrativo de fluxo).	B	caixa
b.	Adequação e confiabilidade do sistema contábil (Se emprega a contabilidade por partida dobrada?; especificar o software que se utiliza. Se registram os dados orçamentários no sistema contábil? Pode produzir os relatórios financeiros periódicos de forma automática com o software?)	M	Sistema nacional abarca estes controles. Sistema contábil para gerar relatórios financeiros em contratação
b.	Manutenção de registros (com inclusão da documentação e do arquivo)	B	
c.	Manutenção e conciliação do registro dos ativos fixos (controle físico e por amostragem)	B	Previsto
d.	Documentação e controles adequados dos sistemas de informação, com inclusão dos procedimentos contábeis documentados, a segurança na replicação dos registros financeiros e a integração de todos os subsistemas	M	Transferência de dados por meio de relatórios e inserção em excel
e.	Adequação do plano de contas a efeitos da contabilidade do Projeto	M	Plano de contas do estado não é suficiente. Sistema em contratação abará o plano de contas adequado
f.	Pontualidade no registro das transações, regularidade da realização e aprovação das conciliações, controles de registros errados	B	

g.	Contabilização correta das contribuições de fundos de contrapartida (como impostos e isenções fiscais), assim como daquelas dos beneficiários, e apropriada apresentação de relatórios a respeito.	B	
6. Relatórios financeiros e acompanhamento			
a.	Exaustividade, exatidão, utilidade e pontualidade dos relatórios financeiros	M	Documentos de suporte não preparados adequadamente(SOE, SS, conciliação).
b.	Relatórios periódicos da gestão financeira e sua vinculação com os relatórios de progresso do Projeto - preparação e apresentação ao FIDA nos tempos oportunos	B	
c.	Preparação de relatórios que mostrem os ingressos e gastos reais e orçados e a taxa de execução do POA	B	
d.	Acompanhamento das recomendações sobre questões fiduciárias de ajudas memoriais anteriores	B	atentar para o cumprimento dos prazos pactuados
e.	Alinhamento razoável entre a taxa de desembolso das categorias de gastos recorrentes frente aos dos investimentos	M	atrasos
7. Auditoria interna			
a.	Existência de disposições sobre auditoria interna	B	Auditoria interna do Estado e revisão da Assessora Jurídica
b.	Adequação das disposições sobre auditoria interna (organização - capacidade do pessoal)	B	
c.	Adequação do escopo do trabalho e da qualidade dos relatórios de auditoria interna	B	
d.	Avaliação das questões dispostas nos relatórios de auditoria	NA	
8. Auditoria externa			
a.	Adequação do escopo e do trabalho	B	
b.	Cumprimento dos trabalhos	B	1ª auditoria está em andamento
c.	Pontualidade do relatório de auditoria	NA	
d.	Qualidade da Auditoria	NA	
e.	Implementação das recomendações de auditoria/e plano de ação acordado para fazê-lo	NA	

Sinopse da avaliação do risco fiduciário do Projeto durante a supervisão

Projeto N.º 798-BR - PROCASE

Organismo de execução: Governo da Paraíba por meio da Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP

	Avaliação dos Riscos E/M/B	Medida corretiva proposta
Risco inerente		n.d.
Riscos controláveis		
1. Organização e dotação de pessoal	B	
2. Orçamentação	B	
3. Fluxo de fundos e disposições sobre desembolsos	M	Aporte de contrapartida, treinamento em gestão às associações e realização da conciliação mensal das contas
4. Controles internos	B	
5. Contabilidade	B (-)	Conclusão da contratação do software contábil
6. Apresentação de relatórios financeiros e acompanhamento	B (-)	contratação de posto em contabilidade
7. Auditoria interna	B	
8. Auditoria externa	B	
Risco fiduciario geral do Projeto	B(-)	
E=elevado, M=médio, B=baixo		

Observações:

Risco baixo sob perspectiva de dotação de pessoal, planejamento e controles internos. Necessidade de melhorias na gestão contábil e financeira. No entanto perceptíveis atrasos na execução do projeto devido a atrasos na disponibilidade de contrapartida, aquisições de equipamentos e financiamento dos investimentos. Um plano de ação foi elaborado entre FIDA e a UGP para mitigação e avanço desejado do projeto.

Apêndice 6 : Cumplimiento de las cláusulas legales – estado de implementación al 20 de mayo de 2014

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Seção B, 7	Conta Operativa. O mutuário deverá abrir a Conta Operativa e a partir daí manter em um banco comercial aceito pelo Fundo, para recebimentos dos fundos do empréstimo e contrapartida	anualmente	cumprido	Parte de despesas são diretamente executadas da conta do governo, contabilizando 100% contrapartida
Seção B, 8	Contrapartida. Durante o período de execução do projeto, o mutuário deverá prover fundos de contrapartida oriundas de seus próprios recursos em um montante de US\$ 12.101.000.	anualmente	parcialmente	O projeto apenas aportou 3% dos recursos de contrapartida
Seção C,1	Agência Líder. A responsabilidade pela execução do projeto é exercida pela Secretaria de Estado da Agropecuária e da Pesca - SEDAP	anualmente	cumprido 20/12/2012	A UGP foi estabelecida por meio da Portaria SEDAP134/2012
Seção E, 1	Manual de Implementação/Operações do Projeto. O MIP/MOP não foi desconsiderado, suspenso, cancelado, alterado ou modificado sem a devida anuência do Fundo.	anualmente	cumprido	
Seção E, 2	Condições de Desembolso. As condições específicas foram cumpridas	No início do projeto	cumprido	
Seção E, 3	Emenda. Nenhuma emenda foi realizada no Contrato de Empréstimo sem a anuência do Garantidor do Empréstimo, incluindo a Data de Conclusão e de Encerramento do Projeto	anualmente	cumprido	
Anexo 1, II, 1	Agência Executora. É a SEDAP, e preside o Comitê Diretor.	anualmente	cumprido	
Anexo 1, II, 2	UGP. A UGP foi estabelecida e seu Coordenador foi indicado e os TORs do pessoal-chave foi aprovado pelo Fundo.	anualmente	cumprido	
Anexo 1, II, 3	Comitê Diretor. O Comitê Diretor está estabelecido e é composto pelo definido no MIP. O Comitê revisou o POA respectivo.	anualmente	cumprido	
Anexo 1, II, 4/5	Acordos Subsidiários. Os arranjos de implementação com as demais Secretarias de Estado e outros parceiros foram estabelecidos	anualmente	parcialmente	Realizado Convênio com a CDRM. Faltam os (EMEPA, EMATER e SEPLAN)
Anexo 1, II, 6	Comitê Executivo do Fundo de Investimentos Produtivos. Foi estabelecido e está operante com reuniões de pelo menos 3 vezes ao ano.	anualmente	cumprido	O Comitê Diretor atua como este comitê
Anexo 1, II, 7	Vinculação ao MIP. O Projeto tem sido executado conforme o MIP. Este está elaborado e possui todas as informações estabelecidas no acordo.	Início do projeto	cumprido	
Anexo 1, II, 7	Impostos. Os impostos não são custeados com recursos do financiamento e são cobertos com recursos exclusivos da contrapartida.	anualmente	cumprido	

Sección	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
Anexo 2, 1	Gastos Admissíveis. Os Gastos Admissíveis tem sido financiadas nos montantes, porcentagens e definições conforme indicadas no Anexo 2 do contrato de empréstimo	anualmente	cumprido	
Seção 4.02, b) das CG	Pre-requisitos de Saque. Nenhum saque será efetuado sem a aprovação do primeiro POA e de todas as condições especificadas no Contrato de Empréstimo	anualmente	cumprido	
Seção 4.04, b) das CG	Carta de Assinaturas. Envio da Carta de Assinaturas para solicitação de Pedidos de Saque	anualmente	cumprido	Será enviado nova carta de assinaturas devido ao troca do Secretário SEDAP
Seção 4.04, c) das CG	Documentos de justificação. Apresentação dos documentos e meios de comprovação exigida junto aos Pedidos de Saque	Junto ao Pedido de Saque	cumprido	
Seção 4.04, d) das CG	Conta Designada. O mutuário devesse abrir e a partir daí manter em um banco comercial proposto pelo Mutuário e aceito pelo Fundo	Início do projeto	cumprido	Houve a troca da conta inicialmente informada com anuência do FIDA
Seção 4.08, a) das CG	Os Gastos Admissíveis tem sido financiados: i) sobre custos razoáveis e contratados conforme Diretrizes do FIDA; ii) Durante o período de execução do projeto, salvo os gastos de encerramento que poderão ser efetuados após a data de conclusão e antes da data de encerramento; iii) Por partícipe do Projeto; iv) Realizada até o montante e a porcentagem indicada no Contrato	constante	cumprido	
Seção 4.08, c) e d) das CG	Os Gastos Admissíveis não tem sido financiados para pagamentos a pessoas ou empresas oriundos de países com restrições definidas em uma decisão do Conselho de Segurança da ONU. ou à empresas ou pessoas cujos bens e serviços foram constituintes de corrupção, fraude ou prática coercitiva ou colusória por parte de representantes do Mutuário ou fornecedoras de países com restrições de uma decisão do Conselho de Segurança da ONU	constante	cumprido	
Seção 7.01, b) (ii) das CG	Plano Operativo Anual. Antes de cada ano do projeto, a UGP deverá, se necessário, apresentar a minuta do POA ao órgão de supervisão designado pelo mutuário para a sua revisão. Após a revisão a UGP deverá apresentar a minuta do POA ao Fundo para comentários. A UGP deverá adotar o POA na forma aceita pelo Fundo.	anualmente	cumprido	

Seção 7.05 das CG	Aquisições e contratações em conformidade com as normas do FIDA e Carta ao Mutuário	anualmente	cumprido	
Seção 7.06 das CG	Uso de bens e serviços. Bens, serviços e instalações são utilizados exclusivamente para os fins do Projeto	anualmente	cumprido	
Seção 7.07 das CG	Manutenção. Instalações e obras financiadas com recursos do empréstimo em condições de manutenção aceitáveis	anualmente	cumprido	
Seção 7.08 das CG	Seguros. a) A UGP mantém segurados os bens adquiridos seguráveis e instalações utilizadas contra riscos e em valores compatíveis e b) bens importados contra riscos durante a aquisição, transporte e entrega até o lugar em que este seja utilizado ou instalados	anualmente	parcialmente	É necessário apresentar o seguro do imóvel contra incêndio e valores
Seção 7.11 das CG	Pessoal-chave do Projeto. O mutuário designará o Diretor e pessoal-chave do Projeto na forma especificada no Contrato de Empréstimo, com qualificações e experiência adequadas aprovadas pelo Fundo, mantê-los durante todo o período de execução do Projeto, e assegurados contra riscos de saúde e acidentes nos termos das práticas da administração pública nacional.	anualmente	parcialmente	É necessário nomear o Coordenador de dedicação exclusiva para o Componente 1
Seção 8.01 das CG	Registros e documentação. Os registros e documentação são adequados, refletem as operações relativas à execução do Projeto, e são mantidos arquivados em instalações adequadas.	anualmente	cumprido	
Seção 8.02 a) das CG	Sistema de Gestão de Informações adequado satisfatório e operacional em conformidade com as Diretrizes de Avaliação de Projetos do FIDA	Início do projeto	Não cumprido	O sistema financeiro não está contratado. O processo está em tramitação .
Seção 8.03 a) das CG	Relatórios de Progresso. O mutuário enviará periodicamente o respectivo relatório com conteúdo adequado.	anualmente	Cumprido em março/2014	
Seção 8.03 b) das CG	Revisão de Meio Período. O mutuário junto ao FIDA realizam um revisão de meio período.	No terceiro ano do projeto	Não se aplica	
Seção 8.04 das CG	Relatório de Conclusão do Projeto. O mutuário enviará semestralmente o respectivo relatório com conteúdo adequado.	No sexto ano de projeto	Não se aplica	
Seção 9.01 das CG	Registros Financeiros. Os executores utilizarão contas e registros específicas e adequados para refletir de forma segregada, as operações, recursos e gastos relativos ao Projeto	anualmente	cumprido	os registros estão contabilizados no Sistema do Governo de forma segregada e na contabilidade do projeto
Seção 9.01 das CG	Demonstrações Financeiras. O mutuário deverá elaborar as demonstrações financeiras das operações, recursos e despesas relativas ao projeto a cada exercício fiscal, apresentando essas demonstrações financeiras ao Fundo no prazo de quatro meses contados do final desse período.	Anualmente	cumprido	Enviado em 30/04/2014

Seção 9.03 a) das CG	Auditoria das Contas. O mutuário fará com que as demonstrações financeiras relacionadas ao Projeto sejam auditadas a cada exercício fiscal por Auditores Independentes aceitáveis ao Fundo de acordo com as Diretrizes do FIDA para auditoria de projetos, de uso dos mutuários.	anualmente	Cumprido em 13/05/2014	A empresa de auditoria foi contratada e os trabalhos iniciados
Seção 9.03 b) das CG	Relatório de Auditoria. O mutuário deverá enviar uma cópia certificada do respectivo relatório ao Fundo e dentro do prazo de seis meses do final da cada exercício fiscal. Submeterá também ao Fundo a resposta à Carta Gerencial emitida pelos auditores, dentro de um mês após recebe-la.	anualmente	iniciado	O próximo relatório de auditoria a ser encaminhado ao Fundo será até 30/06/2014
Seção 9.04 a) das CG	Outros Relatórios Financeiros. O mutuário enviará ao Fundo prontamente os demais relatórios que o Fundo razoavelmente solicite sobre qualquer assunto financeiro relacionado ao Projeto	anualmente	cumprido	A UGP tem enviado as informações solicitadas pelo Fundo
Seção 10.03 das CG	Avaliações. O Mutuario e cada parte do Projeto deverao facilitar todas al avaliacoes e análisis de Projeto que o Fundo possa eventualmente realizar durante a execucao do projeto, e durante dez años apos essa data.	anualmente	cumprido	A UGP tem colaborado com as supervisões e visitas do FIDA

Apêndice 7: Gestão de conhecimentos: aprendizagem e inovação

Nota: No se incluyen debido a la fase todavía inicial en que se encuentra la ejecución del proyecto.
--